

REVISTA DA LATA

EDIÇÃO 2017

DESEMPENHO DO SETOR NO BRASIL EM 2016

Publicação da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio

RECICLAGEM FAZ HISTÓRIA PAPEL DO CATADOR GANHA IMPORTÂNCIA E COLETA SELETIVA AVANÇA NO PAÍS



RODRIGO ROLLEMBERG

Brasília contrata cooperativas, capacita catadores e se prepara para desativar o maior lixão da América Latina

BRUNO COVAS

São Paulo quer reduzir 500 mil toneladas de resíduos enviados aos aterros, com ampliação da coleta seletiva

ALICIA BÁRCENA

Para secretária executiva da CEPAL, a política fiscal ambiental é instrumento potente para atingir objetivos do Acordo de Paris

COMBATE AO REJEITO

Bares e restaurantes do Distrito Federal suspendem a venda de bebida em vidro descartável, fogem de multa e reduzem lixo que seria enterrado



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

WILMAR ARINELLI JÚNIOR

*Presidente do Conselho de Administração da Abralatas
Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A.*

CONSELHEIROS

ANA LAURA CEZARE

Latas Indústria de Embalagens de Alumínio do Brasil Ltda

CARLOS AUGUSTO SÍCOLI SEOANE

Latas Indústria de Embalagens de Alumínio do Brasil Ltda

CARLOS EDUARDO PIRES

Ball Beverage Can South America S.A.

JORGE ANGEL GARCIA

Ball Beverage Can South America S.A.

JORGE MAURICIO BANNITZ

Latas Indústria de Embalagens de Alumínio do Brasil Ltda

JOSÉ LUIZ RIBAS TORTELLI

Ball Beverage Can South America S.A.

ROBERTO SANTOS JÚNIOR

Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A.

WAGNER SAMMARTINO

Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A.

DIRETORIA EXECUTIVA

RENAULT DE FREITAS CASTRO

Presidente Executivo – Abralatas

GUILHERME CANIELO

Assessor da Diretoria – Abralatas



A **Revista da Lata** é uma publicação anual da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio (Abralatas) e traz um panorama atualizado do mercado de embalagens e de bebidas, com tendências e inovações do setor que influenciam ou acompanham hábitos de consumo.

Editada desde 2007, a publicação também aponta um tema que é atentamente monitorado pelos fabricantes da lata de alumínio para bebidas: a busca por uma economia de baixo carbono. São reportagens especiais e artigos de opinião que destacam a importância da reciclagem e das cooperativas de catadores de materiais recicláveis para o funcionamento perfeito da economia circular.

Os dois assuntos se complementam. A lata é a embalagem mais reciclada do mundo e o seu modelo de logística reversa instalado no país desde a primeira fábrica serviu de inspiração para o Acordo Setorial de Embalagens em cumprimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, favorecendo a reciclagem de outros materiais, garantindo a participação dos catadores e, por consequência, a redução das emissões de gases de efeito estufa.

A Abralatas foi criada em 2003 com o objetivo de estabelecer o intercâmbio de experiências e promover o desenvolvimento e o aumento da competitividade da lata de alumínio para bebidas e de sua cadeia produtiva no Brasil.

SUMÁRIO

5

APRESENTAÇÃO

Preocupação global com o clima, ações nacionais de sustentabilidade

WILMAR ARINELLI JÚNIOR

7

INSTITUCIONAL

Soluções inovadoras para atender aos sinais do mercado

RENAULT DE FREITAS CASTRO

9

MERCADO

Embalagem em fina sintonia com o mercado

13

MERCADO

Setor espera crescimento em 2017 e em 2018, estimulado pelas qualidades da embalagem

17

MERCADO

Movimentação no mercado cervejeiro

30

SUSTENTABILIDADE

A Evolução da reciclagem no Brasil

33

SUSTENTABILIDADE

Reciclagem permanece próxima a 100%

34

ARTIGO

Um salto civilizatório

RODRIGO ROLLEMBERG

37

SUSTENTABILIDADE

A reciclagem no Brasil em números

52

ARTIGO

O potencial socioeconômico dos resíduos sólidos em São Paulo

BRUNO COVAS

20

ENTREVISTA

Latas: a melhor alternativa para as cervejas artesanais

CARLO LAPOLLI

22

ARTIGO

O crescente mercado das cervejas artesanais em tempos de crise

CARLOS VITOR MÜLLER

23

MERCADO

Bares e restaurantes de Brasília iniciam movimento para evitar embalagens de difícil reciclagem

26

MERCADO

Boicote revela apenas uma das vantagens da lata sobre o vidro

28

ENTREVISTA

De olho nas tendências de consumo

MÁRCIO MILAN

55

TRIBUTAÇÃO VERDE

Tributação Verde e ajuste fiscal: há espaço para discutir consumo sustentável?

58

ARTIGO

As Reformas Fiscais Ambientais e o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe

ALÍCIA BÁRCENA

63

TRIBUTAÇÃO VERDE

Países já adotam com sucesso políticas tributárias para desestimular consumo com alto impacto ambiental

64

DADOS DO SETOR

71

PONTO FINAL

Catadores S. A.

ALUMÍNIO É PARA SEMPRE



A PARCELA DO LIXO URBANO QUE ESTÁ SENDO RECICLADA AINDA É MUITO PEQUENA E, COM A MANUTENÇÃO DOS LIXÕES, CONTINUARÁ SENDO



WILMAR ARINELLI JÚNIOR

Presidente do Conselho de
Administração da Abralatas

PREOCUPAÇÃO GLOBAL COM O CLIMA, AÇÕES NACIONAIS DE SUSTENTABILIDADE

Há dois anos, em Paris, 195 países chegaram a um acordo inédito para combater o aquecimento global, comprometendo-se a adotar medidas para limitar o aumento da temperatura média do planeta em 2°C até o final do século. Neste ano, em Bonn, na Alemanha, onde será realizada a COP-23, cada país signatário terá que estipular suas metas para colaborar com o controle do clima. Um problema: o passo atrás dado pelo governo americano, cético com relação aos estudos relacionados ao aquecimento global.

No Brasil, percebeu-se um grande avanço com a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que tornou clara a responsabilidade de todos pelo lixo que produzimos. Mais do que isso, a PNRS teve um papel educativo, ao inserir na cultura brasileira a preocupação com o impacto ambiental dos nossos hábitos de consumo. Um obstáculo: o descumprimento da PNRS em relação ao fim dos lixões, que deveriam ter sido fechados em 2014.

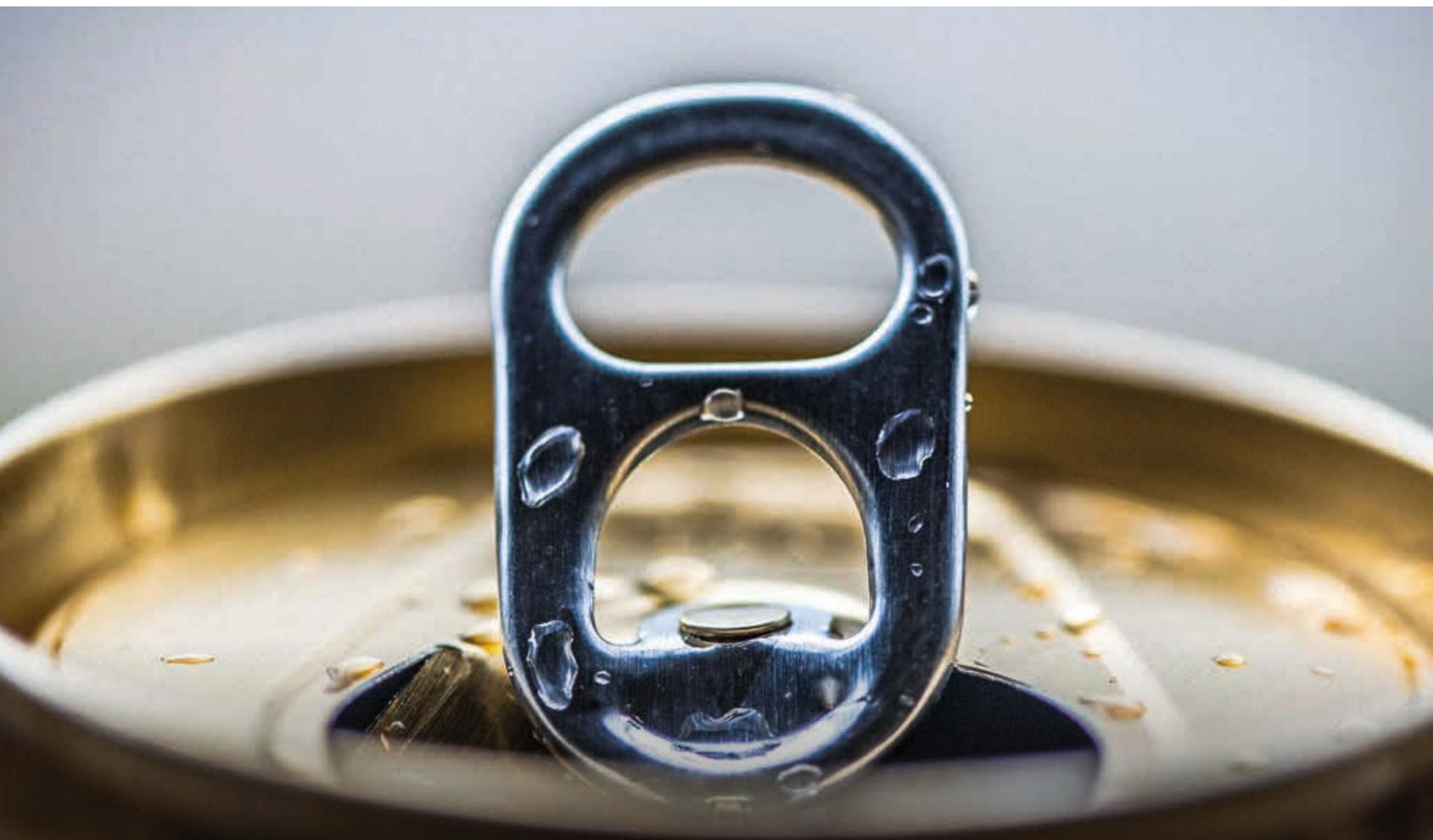
Nesta edição da Revista da Lata queremos reforçar a necessidade de uma solução para o reaproveitamento máximo dos resíduos sólidos. A parcela do lixo urbano que está sendo reciclada ainda é muito pequena e, com a manutenção dos lixões, continuará sendo. Dizem os especialistas que a principal solução para conter o aumento da temperatura do planeta passa necessariamente por uma mudança radical nas matrizes de produção e consumo das diversas fontes de energia, em especial as de origem fóssil.

No caso da PNRS, o sucesso do modelo passa pelo fim dos lixões.

Nem tudo, felizmente, é motivo para pessimismo. Examinamos o andamento do trabalho das prefeituras nas cidades que estão recebendo ações da Coalizão Empresarial, grupo que assinou um compromisso com o Governo Federal para implementar modelo de logística reversa das embalagens em geral. Verificamos que também as prefeituras começam a apoiar cooperativas de catadores de materiais recicláveis – outra determinação da PNRS.

A Revista da Lata destaca mais um problema detectado em cidades que estão distantes das recicladoras de vidro. Em Brasília (DF), bares e restaurantes decidiram boicotar bebidas vendidas em garrafas de vidro descartável. O motivo: não é viável a reciclagem de vidro na região da capital federal e da maioria das cidades brasileiras. Agrava a situação o fato de que a indústria do vidro não integra a citada Coalizão e não tem compromisso com o recolhimento das garrafas que produz. Nada menos que 22 mil toneladas do material seguem anualmente para o novo aterro sanitário de Brasília. O problema parece ter motivado a indústria cervejeira a apostar nas embalagens retornáveis. Acendeu-se o alerta nos supermercados, que abandonaram há anos o caro e perigoso esquema de receber e armazenar as embalagens vazias.

São questões que resvalam no nosso Ciclo de Debates Abralatas, que amplia para outros setores da economia os desdobramentos de uma política tributária que leve em consideração o impacto ambiental de bens e serviços. A análise de experiências internacionais pode colaborar para a construção de um modelo brasileiro, cada vez mais necessário na medida em que o consumidor ganha maior consciência da necessidade de participar dos esforços mundiais, para que o nosso planeta se desenvolva de forma sustentável.



**A LATINHA COMEÇA A
SER VISTA COM OUTROS
OLHOS, GANHANDO NÃO
APENAS O CORAÇÃO DE
ESPECIALISTAS EM CERVEJA
E DOS AMBIENTALISTAS, MAS
TAMBÉM DO CONSUMIDOR**



RENAULT DE FREITAS CASTRO

Presidente Executivo da Abralatas

Economista (M.Sc.) com MBA em Direito Econômico.

SOLUÇÕES INOVADORAS PARA ATENDER AOS SINAIS DO MERCADO

A pesar de incertezas na política e na economia brasileira, apesar da queda de empregos, renda e consumo nos últimos anos, alguns sinais no segmento de bebidas e na área de sustentabilidade apontam para mudanças importantes no setor de embalagens. Há um cenário novo entre as cervejarias, com a expansão da Heineken no Brasil. Ao mesmo tempo, cresce a ainda incipiente produção de cerveja artesanal. E acompanhamos um movimento relevante no mercado de latas, como o nascido nos bares e restaurantes de Brasília (DF), que pode impactar outras cidades em busca da redução e destinação correta de seus resíduos.

Tivemos em 2016 a primeira retração nas vendas de latas de alumínio para bebidas em 14 anos, exatamente quando há uma reestruturação do setor. A crise serviu para os fabricantes de latinhas ajustarem as suas estratégias e analisarem com maior precisão o mercado brasileiro de embalagens. E os sinais que surgem no horizonte ajudam a compreender melhor o que pode vir pela frente, com boas perspectivas de aumento da demanda.

O provável aumento do consumo de latas no Brasil nos próximos anos não virá apenas de um crescimento da demanda de embalagens em tamanhos e formatos diferentes, nem somente da exigência da sociedade de produtos de menor impacto ambiental. A própria latinha começa a ser vista com outros olhos, ganhando não apenas o coração de especialistas em cerveja e dos ambientalistas, mas também do consumidor.

Uma das razões para isso são as inovações que chamam a atenção para o produto (cervejas, refrigerantes, sucos, energéticos, chás e outras bebidas) nas prateleiras dos supermercados e nos eventos.

Uma das principais campanhas do mercado cervejeiro neste ano foi a desenvolvida pela cerveja Skol, que lançou uma edição limitada de latinhas impressas com cores que simulam tons de pele. A campanha Skolors, que se destacou pelo conceito de diversidade, só se tornou realidade graças à tecnologia de impressão oferecida pela lata.

Também chamou a atenção do consumidor – e dos envasadores, claro – outra inovação disponível para a lata. A Novelis investiu e colocou no mercado chapas para a produção de anéis coloridos das latinhas, estimulando campanhas promocionais e edições limitadas. Parece pouco, mas para quem deseja dar um diferencial ao seu produto, customizando a embalagem para atrair o interesse do consumidor, os anéis coloridos são uma excelente opção.

Outro grande movimento veio da Coca-Cola, que lançou nova estratégia mundial com a mudança na identidade visual das embalagens. A proposta é usar uma marca única para todas as variações – Coca-Cola regular, Zero Açúcar e com Stevia e 50% menos açúcares –, mas cada uma com uma característica própria. Algo fácil de perceber quando se coloca lado a lado as latas de cada uma das opções de Coca.

São alternativas que a embalagem mais reciclada do mundo oferece ao consumidor e ao envasador. Tamanhos e formatos adequados a cada momento de consumo, tintas especiais que dão vida à lata, tecnologia de impressão que permite campanhas inovadoras e criativas.

A lata de alumínio para bebidas agradece a preferência.



EMBALAGEM EM FINA SINTONIA COM O MERCADO



O VALOR DA LATA
DESCARTADA
DEU ORIGEM A
UMA ATIVIDADE
ECONÔMICA
ESSENCIAL PARA
O MEIO AMBIENTE,
A DA COLETA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS,
E DESENVOLVEU A
CONSCIÊNCIA DA
SOCIEDADE SOBRE
A IMPORTÂNCIA
DA RECICLAGEM

Abralatas



Pré-industrialização

O "Vinho dos Trapeiros", poema do francês Charles Baudelaire de 1857, já citava a atividade do catador de materiais recicláveis. No Brasil, no início do século XX, esse trabalho era realizado inicialmente por imigrantes portugueses, popularizando os chamados garrafeiros. Com o passar do tempo, surgem novas denominações à esta ocupação: burro-sem-rabo, sucateiro, carroceiro, carrilheiro e catador, variando de acordo com a região.

Presentes no Brasil há quase 30 anos, os fabricantes de latas de alumínio para bebidas souberam, desde o início, entender as necessidades do consumidor. O primeiro passo foi iniciar o que hoje se chama de "logística reversa", estimulando a coleta e a reciclagem da embalagem. As estratégias da indústria também deram uma resposta rápida a outras demandas do setor de bebidas e do consumidor, como as inovações nas impressões de rótulos e no oferecimento de variados formatos e tamanhos. Hoje, a latinha tradicional de 350 ml ainda domina, mas os outros modelos já são responsáveis por quase a metade das mais de 25 bilhões de latas produzidas anualmente.

A lata de alumínio surgiu no Brasil em 1989 acompanhada de um programa de estímulo à reciclagem. No livro "A Moeda de Lata", o jornalista e economista José Roberto Giosa conta como foram os primeiros momentos da logística reversa da embalagem. O valor da lata descartada deu origem a uma atividade econômica essencial para o meio ambiente, a da coleta de resíduos

sólidos, e desenvolveu a consciência da sociedade sobre a importância da reciclagem.

Demandada pelo consumidor, a lata ampliou sua fabricação. A indústria investiu, construiu novas fábricas, descentralizou a produção. "Foi fundamental naquele momento se aproximar geograficamente do fabricante de bebidas. A lata vazia, como diria o poeta, está cheia de ar. O deslocamento para a fábrica de cerveja, refrigerante, suco significa transportar ar, ampliando a emissão de gases de efeito estufa. A solução foi instalar unidades fabris de latas próximas dos envasadores", conta Renault Castro, presidente executivo da Abralatas.

Aos poucos, as fábricas de latas de alumínio para bebidas chegaram a todas as regiões do país. Hoje são 16 unidades que produzem o corpo da embalagem e quatro que fabricam a tampa. Em 2016, foram responsáveis pela produção de aproximadamente 25 bilhões de unidades, o terceiro maior volume mundial, atrás apenas da China e dos Estados Unidos.

A Ardagh conta com unidades em Alagoinhas (BA) e Jacareí (SP), e planeja colocar em funcionamento em 2018 sua primeira fábrica de tampas em Manaus (AM). A Ball tem fábricas em Águas Claras (RS), Belém (PA), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Extrema (MG), Jacareí (SP), Pouso Alegre (MG), Recife (PE), Santa Cruz (RJ) e Três Rios (RJ), além de unidades produtoras de tampas em Simões Filho (BA), Manaus (AM) e Recife (PE). A Crown Embalagens possui unidades em Cabreúva (SP), Estância (SE), Ponta Grossa (PR) e Teresina (PI), e uma fábrica de tampas em Manaus (AM).

A mais recente expansão da produção da latinha veio com os lançamentos de embalagens em novos formatos e tamanhos, atendendo demandas do consumidor. “Uma das marcas da latinha é a inovação permanente. Atualmente são ofertadas 12 opções de latas em formatos e tamanhos diferentes para qualquer tipo de bebida, inclusive já utilizadas em campanhas recentes como a das minilatinhas da Coca-Cola e da bebida H2OH!, que diminuiu o tamanho e mudou o material da embalagem de alguns sabores da bebida, originalmente de 500 ml em PET, para 310 ml em lata”, destaca Renault.

Um dos formatos que mais ganhou mercado foi o modelo *sleek* de 269 ml. “Mais finas, estas latas são adequadas para eventos mais refinados. Destacam-se no consumo direto, dispensando copos sem perder a sofisticação”, explica o presidente executivo da Abralatas. Essa *sleek* representa cerca de 25% da produção total de latas de alumínio no Brasil. Um pouco mais do que o chamado “latão”, embalagem de 473 ml ou mais, normalmente utilizada no consumo compartilhado.

Há também uma grande variedade de tecnologias de impressão de rótulos, vantagem exclusiva da lata que atende às várias estratégias comerciais dos fabricantes de bebidas, como a aplicação de tintas termocrômicas, que avisam quando a bebida está na temperatura ideal para ser consumida.

“A mudança nos hábitos de consumo da população é um termômetro que indica o caminho para o desenvolvimento de novos produtos”, avalia Renault. “Um fator muito relevante hoje é a crescente preocupação do consumidor com a saúde, o que levou a indústria de bebidas a reduzir as doses individuais, com menor quantidade de calorias, açúcar e sódio. Para isso, a latinha é a embalagem mais adequada com opções de tamanhos menores”.

“Nos Estados Unidos”, conta, “alguns fabricantes viram crescer apenas o consumo de doses menores. Um grande fabricante de bebidas confirmou que a venda de suas bebidas em embalagens maiores perdeu mercado, passando de 90% das vendas em 2011 para 85%. Também em solo americano, outro importante fabricante informou que as vendas em embalagens maiores vêm caindo a uma média anual de 2,6% desde 2011, enquanto as vendas em embalagens menores cresceram 1,8% ao ano, no mesmo período”, conclui Renault.

PARA TODOS OS GOSTOS



Energético Bony Açai
Formato: 8,4oz
Slim (250ml)



Cerveja Cristal
Formato: 8,4oz
Squat (250ml)



Cerveja Itaipava
Formato: 9,1oz
Sleek (269ml)



Vodka Smirnoff Ice
Formato: 10,5oz
Sleek (310ml)



Cerveja Aguilã
Formato: 11,6oz (330ml)



Cerveja Petra
Formato: 12oz
Sleek (350ml)



Refrigerante Coca-Cola
Formato: 12oz (350ml)



Lata Crown
Formato: 14,4oz
Sleek (425ml)



Cerveja Eisenbahn
Formato: 16oz (473ml)



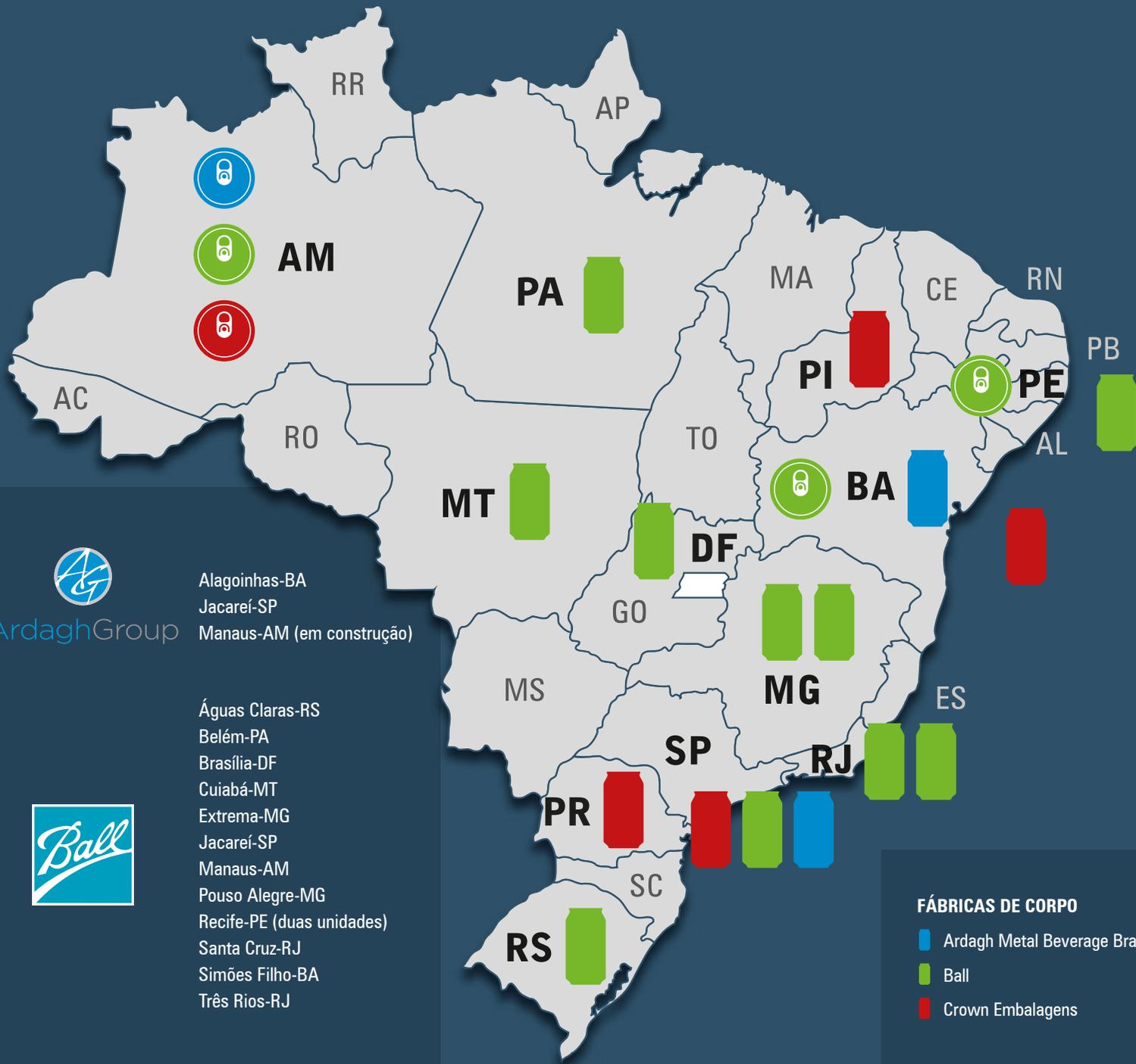
Energético Monster
Formato: 16,9oz (500ml)



Cerveja Skol
Formato: 18,6oz (550ml)



Cerveja Germânia
Formato: 24oz (710ml)



Alagoinhas-BA
 Jacareí-SP
 Manaus-AM (em construção)



Águas Claras-RS
 Belém-PA
 Brasília-DF
 Cuiabá-MT
 Extrema-MG
 Jacareí-SP
 Manaus-AM
 Pouso Alegre-MG
 Recife-PE (duas unidades)
 Santa Cruz-RJ
 Simões Filho-BA
 Três Rios-RJ



Cabreúva-SP
 Estância-SE
 Manaus-AM
 Ponta Grossa-PR
 Teresina-PI

FÁBRICAS DE CORPO

-  Ardagh Metal Beverage Brasil
-  Ball
-  Crown Embalagens

FÁBRICAS DE TAMPA

-  Ardagh Metal Beverage Brasil
-  Ball
-  Crown Embalagens



SETOR ESPERA CRESCIMENTO EM 2017 E EM 2018, ESTIMULADO PELAS QUALIDADES DA EMBALAGEM



EM 2016 FOI REGISTRADA A PRIMEIRA REDUÇÃO NAS VENDAS DESDE 2003, MAS AS PERSPECTIVAS SÃO ANIMADORAS

Renault Castro

Depois de dois anos de retração (queda de 3,8% no PIB em 2015 e 3,6% em 2016), o país começa a mostrar leve retomada econômica e deve fechar o ano com um crescimento baixo do Produto Interno Bruto, próximo a 0,3%, conforme projeção do Banco Central. Os números apresentados pela economia no primeiro semestre também se mostram positivos para o setor de latas de alumínio para bebidas e apontam para um resultado positivo de um dígito baixo em 2017 (entre 1 e 2%), recuperando as vendas após uma queda de 4,1% verificada em 2016.

“Em 2016 foi registrada a primeira redução nas vendas desde 2003, mas as perspectivas são animadoras. Indicam uma retomada, ainda tímida, estimulada principalmente pelas vantagens da embalagem, que se adapta com facilidade às necessidades do consumidor e da indústria de bebidas. O ambiente econômico melhora, sim, e é perceptível o espaço que a lata vem conquistando gradualmente no mercado”, avalia Renault Castro, presidente executivo da Abbralatas.

A criação de novos formatos, adequados a cada momento de consumo, e a inovação na rotulagem da lata, com aplicações, tintas e vernizes especiais que atraem a vista nas prateleiras dos supermercados, valorizam a embalagem diante das concorrentes. Para o presidente da Ball Embalagens, Carlos Pires, esse fator é fundamental. “Você não consegue recompor um mercado com outras embalagens. A própria evolução da sociedade, especialmente no consumo doméstico, não aceita mais alternativas diferentes da lata”, disse.

Wilmar Arinelli, presidente da Crown Embalagens, lembra que outros fatores também devem favorecer o mercado de latas, especialmente em 2018, quando haverá eleições no Brasil e mais uma Copa do Mundo de futebol, dessa vez na Rússia, períodos tradicionalmente favoráveis ao consumo de bebidas. Mas destaca as vantagens da embalagem para ganhar participação de mercado. “As latas de alumínio são, de longe, a embalagem que mais oferece opções de experiências ao consumidor, com seus rótulos multicoloridos, em alta definição, com verniz de

Início da industrialização

A presença de pessoas que vivem do comércio de materiais refugados data do início do processo de industrialização. No começo do século XX, com o incremento da indústria gráfica, o papel já era reciclado. Desta época também há registros de compradores de sucata no bairro do Brás, em São Paulo, principalmente de garrafas e de materiais ferrosos. O “garrafeiro”, figura respeitada nos bairros e vilas das cidades, foi desaparecendo ao longo do tempo e dando lugar ao catador, que, por sua vez, recolhe os resíduos recicláveis de diferentes locais, sem ter que pagar ou trocar algo por isso.





JORGE BANNITZ
Presidente da Ardagh Group no Brasil

efeito tátil, tintas com efeitos especiais... Tudo isso possibilita que os fabricantes de bebidas promovam seus produtos e criem campanhas diferenciadas para o consumidor, incluindo promoções e eventos comemorativos.”

Jorge Bannitz, presidente da Ardagh Group no Brasil, destaca outro ponto relevante no diferencial da lata sobre os concorrentes. “Seu baixíssimo peso reduz imensamente a pegada de carbono no processo de transporte, economizando combustível e causando menos desgaste dos caminhões e das estradas. Se comparamos com as embalagens de vidro retornáveis, a vantagem é aumentada, uma vez que não demanda o retorno ao fabricante e tampouco o processo de higienização da embalagem, com intenso consumo de água e produtos químicos que trazem impactos negativos ao meio ambiente.”



CARLOS PIRES
Presidente da Ball Embalagens

Para Renault Castro, presidente executivo da Abralatas, essas características próprias da embalagem realmente fazem a diferença entre as embalagens concorrentes. “A lata tem a facilidade de ‘vestir’ a campanha do fabricante de bebidas, seja ela cerveja, refrigerantes, sucos, chás, cachaças, vinhos, energéticos. O rótulo envolve toda a embalagem em datas comemorativas, como o Carnaval e o Natal, chama a atenção do consumidor no momento da compra. O envasador sabe dessa nossa vantagem competitiva e leva isso em consideração em suas estratégias de mercado”.

Participação da lata

Com o fim do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe), no final de 2016, os números da fabricação total de cerveja passaram a ser estimados. Os últimos indicadores apontavam crescimento da participação da latinha no mercado de cerveja, chegando próximo a 48% do total, e estabilidade no mercado de refrigerantes (cerca de 8% da produção total).



WILMAR ARINELLI
Presidente da Crown Embalagens

“Há cerca de cinco anos, a participação da lata não chegava a 40% na preferência das cervejarias. Crescemos porque a embalagem atende a tudo o que o consumidor e o produtor de cerveja desejam: uma embalagem leve, que gela rápido, não quebra, que protege o sabor da bebida. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, a participação da lata já passa de 60%”, ressalta Renault Castro.

“O que se percebe, com o crescimento das cervejas especiais, é a chegada ao país de uma tendência mundial: o envasamento em latas de alumínio. Estima-se que a produção de cerveja artesanal chegue a 2% do mercado nacional nos próximos cinco, seis anos. E, para conquistar essa fatia do mercado, o fabricante de cervejas especiais

está optando cada vez mais pela lata, que é mais segura na distribuição e oferece melhor proteção para o sabor da bebida”, reforça o presidente executivo da Abralatas.

Crise

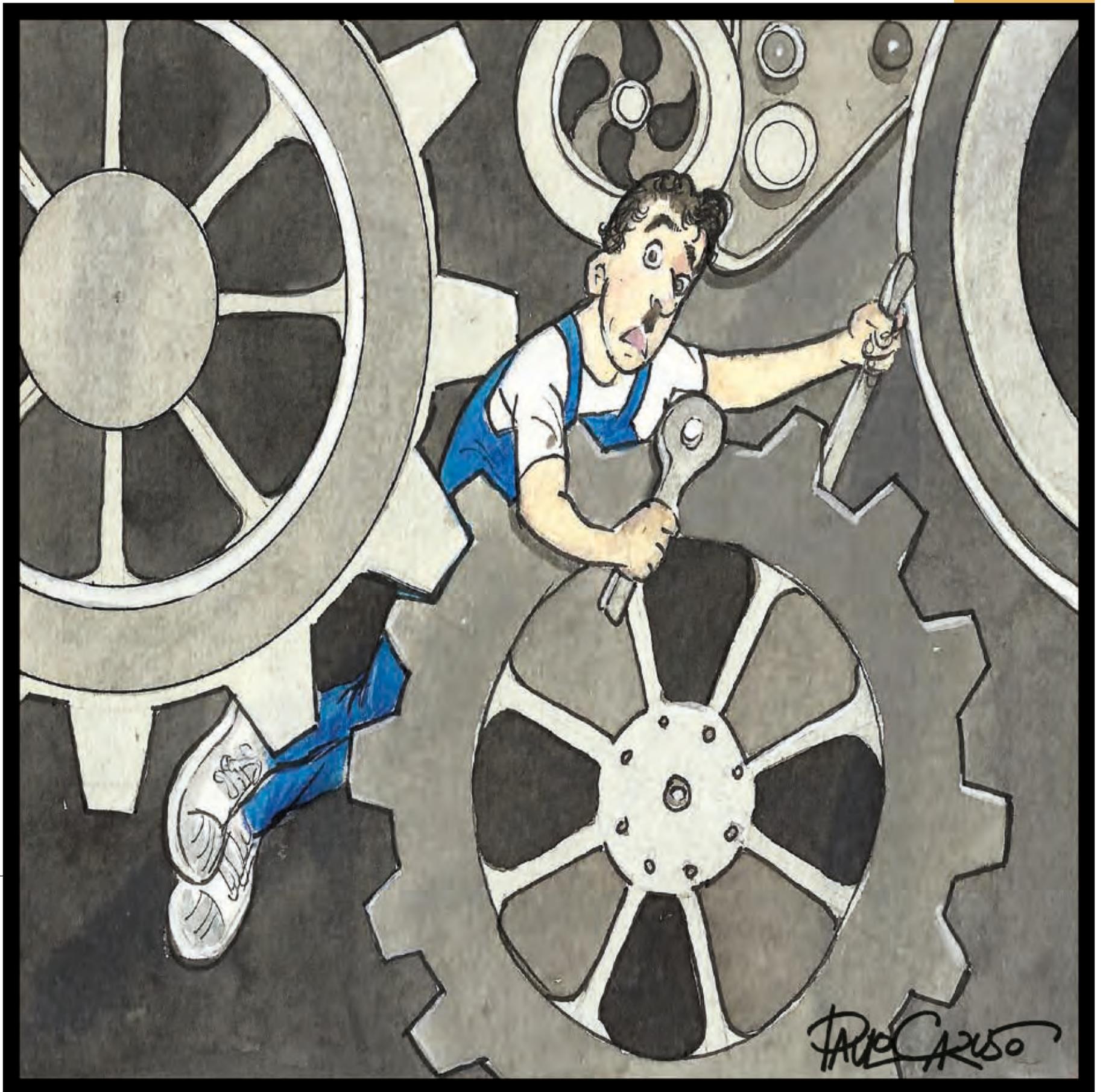
O clima de incerteza política e econômica no país também acaba afetando investimentos e a produção de diversos setores da economia. “A instabilidade política e econômica representa, sem dúvida, um grande desafio para o setor produtivo. Inibe investimentos e adia planos de expansão. Mas a Crown segue trabalhando firmemente no atendimento das necessidades de seus clientes, viabilizando parcerias de longo prazo e trazendo produtos em linha com o oferecido nos maiores mercados mundiais”, comentou Wilmar Arinelli, presidente da Crown Embalagens.

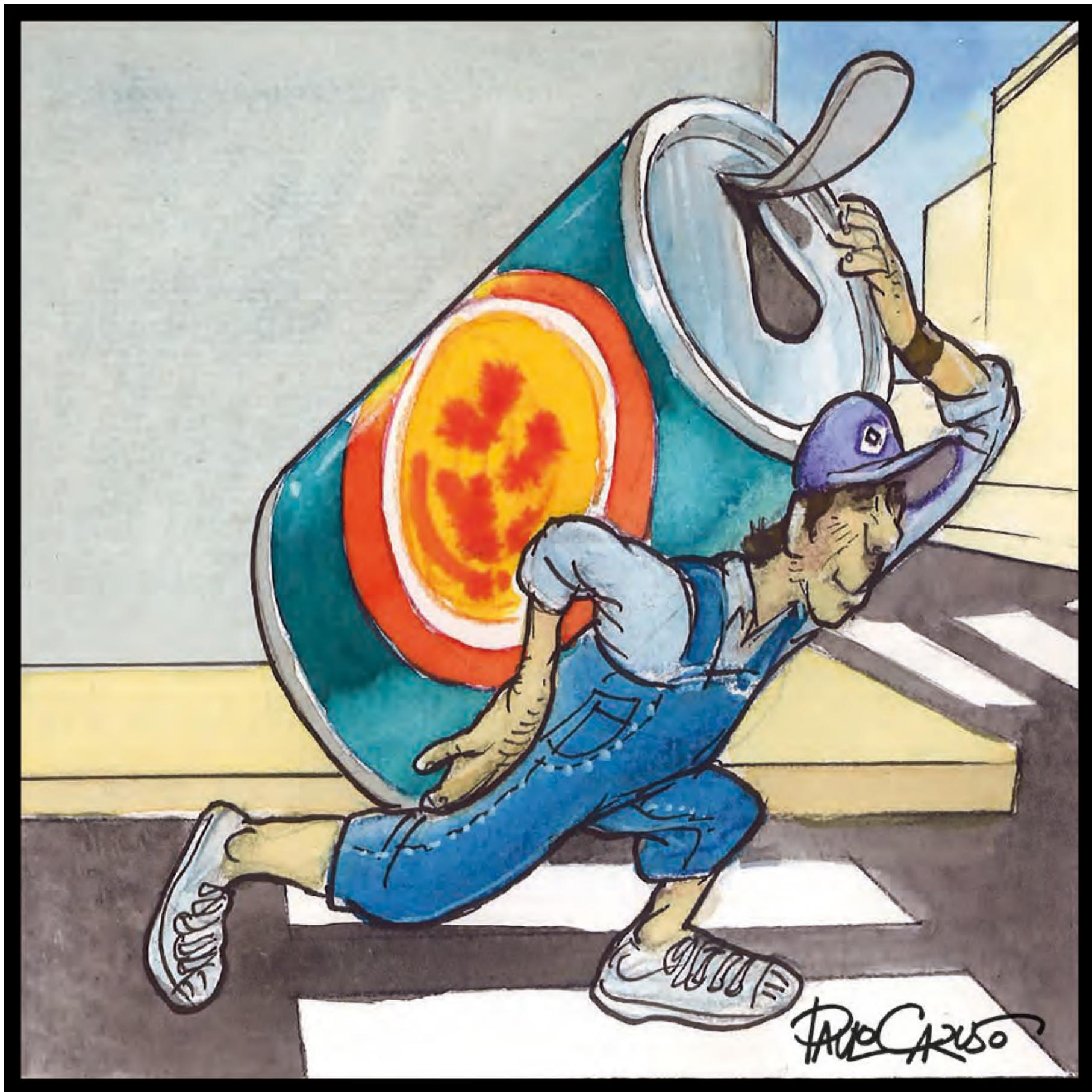
Carlos Pires também vê impacto da conjuntura econômica sobre a retomada. “É ainda o maior fator de influência no desempenho do setor. Vemos 2017 como outro ano difícil para a indústria, dada a taxa de desemprego e a perda do poder aquisitivo da população em geral. Talvez vejamos alguns sinais mais concretos de melhora no último trimestre do ano”, disse. “Temos trabalhado em novidades que possam ser oferecidas ao consumidor e estamos atentos em relação a experiências de individualização de consumo.”

Jorge Bannitz também espera resultados melhores apenas para o próximo ano. “Para 2018, se o país tiver contornado a atual crise, deveremos perceber uma recuperação no segmento de bebidas, favorecendo também os setores de embalagens. Não me surpreenderia se pudessemos auferir crescimento na ordem de 5% nas latas de alumínio para bebidas no próximo ano. Um fenômeno que já persiste há mais de uma década é a substituição das embalagens retornáveis de vidro por latas, no caso das cervejas. Essa migração combinada com o crescimento do próprio setor cervejeiro habitualmente culmina com taxas de crescimento robustas.”

Urbanização/Consumismo

No decorrer do século XX houve uma mudança no perfil desse trabalhador hoje reconhecido como catador, acarretada pelo crescimento das cidades e pelo modelo consumista que passou a imperar na sociedade. A urbanização intensa e o estilo de vida adotado alteraram significativamente a quantidade de resíduos gerados, enquanto houve um aumento do nível de desemprego em razão das exigências para acesso ao mercado de trabalho, que restringiram as possibilidades de sobrevivência para importantes contingentes sociais.





MOVIMENTAÇÃO NO MERCADO CERVEJEIRO

Com a compra da Brasil Kirin, a Heineken passa para a segunda posição entre as cervejarias brasileiras, atrás apenas da Ambev



A AQUISIÇÃO EM MAIO ÚLTIMO DA BRASIL KIRIN PELA HEINEKEN PROMETE MUDAR O MERCADO DE CERVEJAS NO BRASIL

Abralatas

A chegada da lata de alumínio para bebidas/cooperativas de reciclagem

Em 26 de outubro de 1989 nascia a primeira fábrica brasileira de latas de alumínio para bebidas, em Pouso Alegre (MG), cidade estrategicamente localizada entre os três maiores polos consumidores: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG). A indústria investiu pesado para reaproveitar a embalagem descartada. O alto valor da sucata de alumínio viabilizou a coleta de outros materiais e foi fundamental para a consolidação do modelo que hoje é destaque no mundo, conforme relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A crise econômica que se abateu sobre o país nos últimos anos, contribuindo para o encolhimento do consumo de cervejas, não abalou as boas expectativas do mercado em relação ao setor. A aquisição em maio último da Brasil Kirin – dona da marca Schin – pela Heineken no valor de R\$ 2,2 bilhões, promete mudar o mercado de cervejas no Brasil, o terceiro maior produtor mundial dessa bebida.

Não é de se admirar que as cervejarias continuem ampliando seus investimentos no setor, um dos mais tradicionais da economia brasileira, com participação de 1,6% no PIB do país e faturamento de mais de R\$ 70 bilhões anuais, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria da Cerveja (CervBrasil). Apesar da crise, o setor continua empregando 2,2 milhões de pessoas ao longo da sua cadeia de produção e está presente em todas as cidades do país, em uma rede que vai do agronegócio ao pequeno varejo, passando pelos segmentos de embalagens, logística, maquinário e construção civil.

Ainda de acordo com a CervBrasil, a cada R\$ 1 investido no setor cervejeiro são gerados R\$ 2,5 na economia. Os salários pagos pelo setor chegam a R\$ 27 bilhões anuais, que representam uma grande injeção de dinheiro na economia. Em termos gerais, a cadeia produtiva envolve oito milhões de pessoas, entre fornecedores de bens e serviços, trabalhadores em empresas da construção civil, transporte, energia, veículos, papel e celulose, alumínio, entre outros.

Aquisição mexe com o mercado cervejeiro

A partir da aquisição, a Heineken passará a ser a segunda maior cervejaria do país, com uma fatia de cerca de 20% do mercado (antes, a sua participação era de 6,8%), perdendo apenas para a Ambev, com 63%, e deixando para trás a Cervejaria Petrópolis, que até pouco tempo ocupava a segunda posição. A Brasil Kirin, com as marcas Devassa, Schin, Glacial, Eisenbahn e Baden Baden, representava, antes da operação, a terceira posição da lista, com 11,9% de participação de mercado.

“A Heineken acredita que a transação oferece benefícios estratégicos para seus negócios no Brasil. Como o segundo *player* no mercado de cervejas, com aproximadamente 20% de *market share*, a companhia consolidará sua presença no mercado nacional, ampliando seu alcance em todo o país, além de gerar um aumento significativo de escala”, diz comunicado da cervejaria sobre o fechamento do negócio com a Brasil Kirin.

Para o consultor da CervBrasil, Adalberto Viviani, essa operação aumentará a competitividade no mercado de cerveja, porque a nova empresa passará a contar com um portfólio amplo de produtos, ganhará força no Nordeste e estrutura própria e dedicada à distribuição de seus produtos.





Adalberto Viviani,
consultor da CervBrasil



O DESAFIO PARA A NOVA HEINEKEN É A DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS

Abralatas

“A capacidade de negociar com os canais de vendas e a disputa no mercado crescerão. A perspectiva, no curto prazo, não representa o *share* de marca, mas uma disputa pelos canais que chegam ao consumidor”, explica Viviani.

O desafio para a nova Heineken é justamente a distribuição dos produtos. A empresa anunciou, logo após a aquisição da Brasil Kirin, que pretendia fortalecer o sistema de distribuição existente. Com isso, antecipou o fim da parceria que mantinha com a Coca-Cola Femsa.

Essa disputa de mercado passa também pela capacidade das empresas de driblarem a crise. Segundo o consultor da CervBrasil, as cervejarias estão fazendo três movimentos básicos nessa direção: buscando otimizar seus custos internos com corte de despesas e renegociação com os grandes fornecedores; reavaliando estratégias de investimentos por meio de ações de marketing promocional e operação de *trade*; e revendo o mix de produtos e embalagens para gerar maior rentabilidade.

Segmento premium

Para o gerente de atendimento da Nielsen para o mercado de bebidas, Marcelo Mendonça de Fázio, um dos destaques no mercado de cervejas é o crescimento das marcas *premium*, mesmo com um preço médio duas vezes acima da média da categoria: “Comparando no painel de lojas de Autosserviço (*Scantrack*), o volume no ano de 2016 é 42,5% superior ao de 2015 no Brasil. Um dos motivos é o desenvolvimento da categoria nas lojas maiores: os hipermercados com mais de quatro mil m² crescem 73,2% em volume. Apesar da contribuição, o principal canal ainda são as lojas Super (entre mil m² e quatro mil m²), que concentram 64% das vendas desse segmento”.

Outros analistas de mercado ressaltam que, a partir da aquisição, a Heineken passará a ocupar também a segunda posição no

segmento *premium*, aumentando seu portfólio com as marcas Baden Baden e Eisenbahn, e diminuirá sua dependência da marca Heineken, que é mais cara em relação às populares. Estima-se que a cervejaria possa dobrar o número de suas operações nesse segmento aqui no Brasil. Assim, as marcas oferecidas pela empresa holandesa competirão no mercado com as muitas opções oferecidas pela Ambev, entre elas Budweiser, Stella Artois, Corona, Brahma Extra, Boêmia, Original, Serra Malte.

Ao mesmo tempo, segundo a própria Heineken, esse novo portfólio permitirá um crescimento maior de marcas bem consolidadas como Schin, Bavaria, Kaiser, Amstel e Devassa nos segmentos *mainstream*, e de não alcoólicas, como Viva Schin, Itubaína e Água Schin.

Sustentabilidade

À medida que o mercado cervejeiro no país amadurece, as discussões sobre o uso de embalagens sustentáveis ganha debate. Dentro do contexto, questionado em que medida essa movimentação no mercado pode também viabilizar o aumento do consumo das embalagens consideradas mais sustentáveis, o consultor da CervBrasil enfatiza que a escolha da embalagem é uma opção das companhias. De acordo com o último número anual fechado pelo Sicope (2015), cerca de 48,4% da cerveja brasileira são envasadas em latas. Ele reconhece que a lata tem ampla aceitação por parte da população, “mas a questão é fazer com que ela gere margem para a cadeia, começando pelo fabricante”, diz Adalberto Viviani.

Ele pondera que, em meio à crise econômica, o fabricante busca maiores resultados financeiros. Quanto ao consumidor, enfatiza, não costuma comprar cerveja pelo fato de a embalagem ser mais ambientalmente correta. “Não existe esta maturidade, especialmente nos momentos de crise em que o preço é fator importante na capacidade e decisão de compra”, explica.

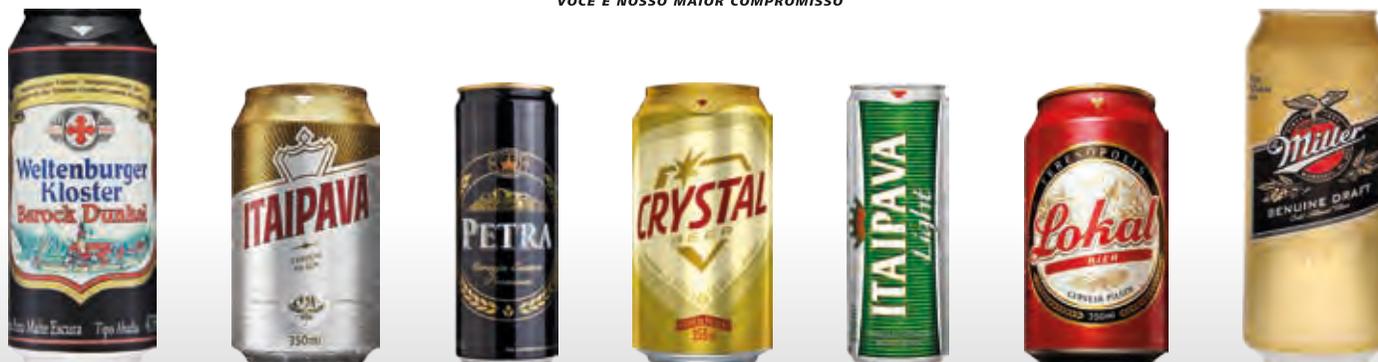
ambev



★ HEINEKEN



GRUPO **PETRÓPOLIS**
VOCÊ É NOSSO MAIOR COMPROMISSO



LATAS: A MELHOR ALTERNATIVA PARA AS CERVEJAS ARTESANAIS



Foto: Daniel Zimmermann

CARLO LAPOLLI

Presidente da Associação Brasileira de Cerveja Artesanal (Abracerva)



EU VEJO A LATA COMO UMA GRANDE ALTERNATIVA, PELA PRÓPRIA FACILIDADE DO SERVIÇO DE TRANSPORTE, LOGÍSTICA, RECICLAGEM, O QUE NÃO ACONTECE COM O VASILHAME DE VIDRO

Eleito recentemente presidente da Associação Brasileira de Cerveja Artesanal (Abracerva), o catarinense e cervejeiro Carlo Lapolli é um entusiasta da cerveja artesanal envasada em lata. “Esse tipo de embalagem é leve, prática, segura e preserva o sabor do lúpulo”, diz ele. Lapolli aposta no crescimento do mercado da cerveja artesanal e espera que no Brasil, a exemplo dos Estados Unidos, a participação do produto no mercado de cervejas chegue a 20% nos próximos anos. Hoje ela representa um tímido índice de 1%. A Abracerva tem atualmente cerca de 100 associados dos 500 produtores brasileiros de cerveja artesanal. Nesta entrevista à Revista da Lata, o novo presidente da Abracerva promete elevar esse número para 300 até o final do ano.

Revista da Lata - Como está hoje o envaseamento em latas da cerveja artesanal?

Carlo Lapolli - A questão da lata no Brasil para as cervejas artesanais é relativamente nova. Acho que houve até recentemente certo preconceito, não só do consumidor, mas também do próprio cervejeiro em relação à lata. Aliado a isso, não tínhamos equipamento disponível para envasar pequenas quantidades. Do lado do consumidor, acho que agora, quando tivemos bastante envaseamento de cervejas de boa qualidade, respeitadas no mercado, esse preconceito caiu, já não existe mais.

RL - Quais as expectativas dos produtores em relação à lata?

Lapolli - Eu vejo a lata como uma grande alternativa, pela própria facilidade do serviço de transporte, logística, reciclagem, o que não acontece com o vasilhame de vidro. Além disso, a lata é mais segura.

Estamos vislumbrando que o mercado de latas vá crescer bastante no segmento das artesanais. Hoje representa pouco. Muito pouco. São poucas as cervejarias que estão adotando o padrão lata. Mas acredito que isso seja uma grande tendência. Acho que pode vir a dominar o mercado das artesanais, principalmente das mais populares, em pouco tempo.

RL - Há um mito no mercado de que a cerveja envasada em vidro é mais saborosa e preserva mais o sabor. Isso é verdade?

Lapolli - Não é bem assim. A barreira natural contra a luz, proporcionada pela lata, protege principalmente as cervejas mais lupadas. Elas (as latas) contribuem para manter o frescor do lúpulo, sem criar sabores indesejáveis, o que pode ocorrer no caso de garrafas translúcidas.

RL - Por que ainda são tão caras as cervejas artesanais?

Lapolli - As cervejarias artesanais têm a carga tributária muito alta e escala de produção muito pequena. Então, os custos fixos acabam comprometendo o preço para o consumidor final. Atualmente os produtores artesanais têm uma briga muito grande na Abracerva para conquistar um pouco mais de benefícios fiscais, de forma mais lógica, na fixação dos tributos para o setor.

RL - Que tipo de benefício as indústrias tradicionais têm?

Lapolli - Se olharmos as grandes cervejarias, elas têm benefícios fiscais por 20 e 30 anos. As pequenas não têm esses benefícios. Pagam taxas cheias e enfrentam

burocracia. Nos Estados Unidos, por exemplo, a diferença de preço entre uma cerveja industrial e uma artesanal não chega ao dobro. Aqui custa cinco a seis vezes mais que a cerveja industrial devido ao excesso de tributação.

RL - Mesmo assim, esse é um mercado promissor?

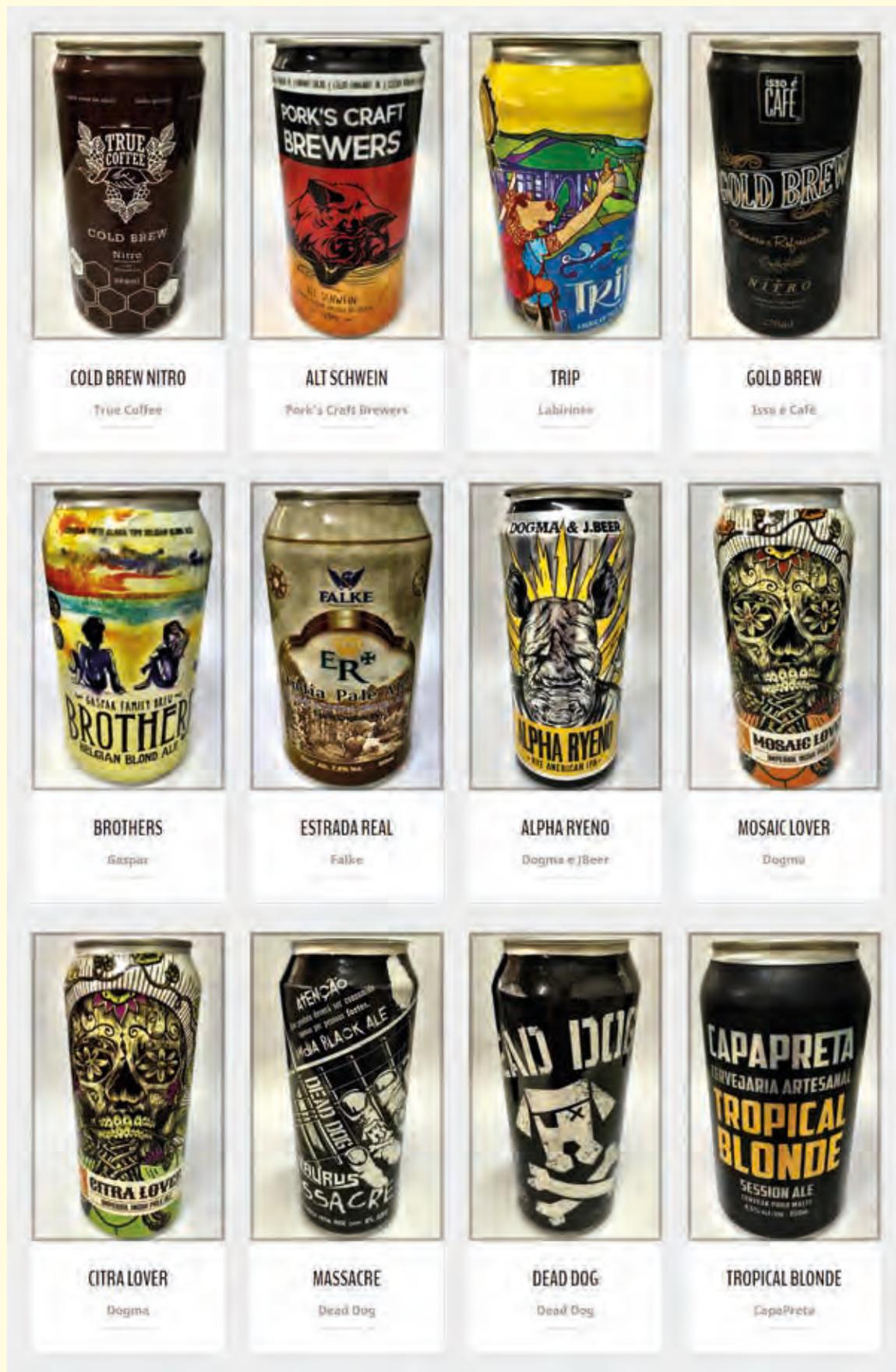
Lapoli - Sim. Atualmente temos cerca de 1% do mercado de cerveja. Uma participação muito pequena se comparada ao mercado americano. Lá as cervejas artesanais já participam com 20% do mercado. Então é um desafio chegar próximo a esse número. Podemos continuar crescendo num ritmo de 20% a 30% ao ano. Infelizmente a crise econômica do país atrapalhou um pouco essa expectativa.

RL - O crescimento vai impactar a qualidade?

Lapoli - Pelo contrário, o que nós estamos observando é que as cervejarias estão crescendo, ganhando escala, investindo em qualificação, investindo em equipamentos mais modernos. O melhor exemplo é o uso da lata. O mercado está crescendo com ganho de qualidade.

RL - Quais as expectativas do senhor à frente da Abracerva?

Lapoli - Um grande desafio é congregarmos as mais de 500 cervejarias artesanais que existem no Brasil. Queremos atrair não só as fábricas, como também as cervejarias ditas ciganas, aquelas que têm a marca e a receita, mas não a fábrica. Hoje temos perto de 100 associados e a expectativa é chegarmos a 300 até o final de 2017.





CARLOS VITOR MÜLLER

Engenheiro agrônomo, mestre cervejeiro certificado pelo VLB-Berlin, auditor fiscal federal agropecuário do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (DIPOV) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



SOMENTE EM 2016 FORAM REGISTRADAS 161 NOVAS CERVEJARIAS, O QUE SIGNIFICA UM SALTO DE 45% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

O CRESCENTE MERCADO DAS CERVEJAS ARTESANAIS EM TEMPOS DE CRISE

Com uma produção anual de cerca de 14 bilhões de litros, o Brasil é o terceiro maior produtor de cerveja no mundo, atrás apenas da China e dos EUA, respectivamente. Apesar de o país atravessar uma das piores recessões de sua recente história econômica, esse valor total de produção no Brasil tem se mantido estável desde 2014, movimento contrário à retração mundial do setor. Nesse mesmo período, a produção mundial de cervejas encolheu 0,5% em 2014 e 1,5% em 2015 quando comparados ao ano anterior.

Além da manutenção desses imponentes volumes de produção, esse setor vivenciou mudanças importantes na última década com a entrada nesse mercado de novos atores. As cervejarias artesanais, com sua oferta inesgotável de produtos e inovações, atraíram o interesse dos consumidores e já ocupam uma fatia importante do mercado nacional de cervejas. Segundo dados do Instituto da Cerveja, esses produtos já corresponderiam a 0,7% do mercado nacional da bebida, com uma produção próxima aos 100 milhões de litros por ano em 2015.

Essas novas cervejarias são, em sua grande maioria, categorizadas como micro ou nanocervejarias, estabelecimentos com capacidade produtiva bastante reduzida (normalmente inferior a 30 mil litros de

cerveja/mês). Dessa forma, o crescente número de novos estabelecimentos ainda não afeta sensivelmente os valores globais de produção, mas dá ideia do potencial de crescimento desse mercado.

Atualmente, de acordo com a base de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, existem 609 cervejarias registradas no Brasil. Somente em 2016 foram registradas 161 novas cervejarias, o que significa um salto de 45% em relação ao ano anterior. Esses números representam todas as cervejarias presentes no Brasil devidamente registradas nesse Ministério, condição necessária para que elas comercializem seus produtos legalmente. Essa base de dados não faz a diferenciação entre cervejarias artesanais e demais cervejarias, pois até hoje não há disposição legal ou regulamento definindo quais são os critérios para a classificação desses estabelecimentos. Também não são contabilizados os cervejeiros “ciganos”, que são aqueles que não dispõem de uma cervejaria própria e fazem as suas produções em cervejarias registradas. Mas, se descontarmos desses números os 50 estabelecimentos que fazem parte dos grandes grupos cervejeiros representados pela CervBrasil, teremos um saldo de 559 cervejarias entre médias, micros, *brewpubs*¹ e demais classificações.

¹ Brewpub é o bar que produz a sua própria cerveja e a revende no local. Esse estabelecimento é classificado como uma cervejaria perante a legislação nacional.

BARES E RESTAURANTES DE BRASÍLIA INICIAM MOVIMENTO PARA EVITAR EMBALAGENS DE DIFÍCIL RECICLAGEM

Um movimento espontâneo, iniciado em um bar de Brasília (DF), deixou claras algumas das vantagens ambientais da lata de alumínio para bebidas sobre as outras embalagens: a eliminação e o reaproveitamento total de resíduos. Bares e restaurantes se uniram e decidiram boicotar a comercialização de embalagens de vidro descartável, deixando de destinar ao aterro sanitário da capital federal toneladas e toneladas de resíduos. A solução encontrada contou com o apoio da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) e do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do Distrito Federal.

Em fevereiro do ano passado, foi sancionada a Lei Distrital nº 5.610/2016 que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos, atingindo bares e restaurantes que produzem mais de 120 litros diários de lixo. Desde o início de agosto, os grandes geradores de resíduos tiveram que gerenciar o lixo produzido. Se for reciclável, o SLU continua coletando. Se não for, os geradores (os bares e restaurantes, no caso), têm que dar um destino adequado às embalagens usadas.

Diante da inviabilidade da reciclagem das garrafas de vidro descartáveis no Distrito Federal, o bar Pinella

tomou a iniciativa em junho de 2017 de suspender a venda de cervejas em embalagens de vidro descartáveis (as chamadas garrafas *long necks*), substituindo-as por chope e por cervejas em latas de alumínio. Flávia Attuch e Marta Liuzzi, as proprietárias, contam que a decisão recebeu o apoio imediato dos frequentadores. “Não houve rejeição. Quando a gente explica o motivo, o pessoal aplaude”, comemora Flávia. “Passaram a consumir mais chope e cerveja em lata”, completa Marta, informando que conseguiram reduzir pela metade o lixo diário produzido após o boicote. Em uma rede social, os comentários mostram que o consumidor apoia decisões sustentáveis. “Deu até vontade de frequentar mais esse local”, disse um internauta. “É um exemplo para a sociedade”, reforçou outro comentário. “Se todos agissem assim, a situação da coleta reversa seria resolvida!”, analisou um consumidor.

No mês seguinte, outros estabelecimentos aderiram ao boicote às *long necks*. “Além de todo o impacto ambiental, o descarte nos lixões e aterros provoca sérios riscos aos catadores”, advertem os comerciantes em manifesto divulgado aos consumidores. O movimento tem tudo para viralizar por outras cidades, acredita Rodrigo Sabatini, presidente do Instituto Lixo Zero Brasil, que percebeu o apoio dos



ESTIMA-SE QUE 22 MIL TONELADAS DE VIDRO SEJAM ATERRADAS POR ANO NO DF, REPRESENTANDO UM CUSTO ELEVADO NA COLETA E REDUZINDO A VIDA ÚTIL DOS ATERROS

Abralatas

Flávia Attuch (esq.)
e Marta Liuzzi,
proprietárias do bar
Pinella em Brasília (DF)





frequentadores. “O consumidor brasileiro é um dos mais conscientes do mundo. Adapta-se bem a mudanças e quer ajudar, quando a questão é sustentabilidade”, avaliou.

Desde o ano passado, o SLU passou a considerar o **vidro como rejeito, ou seja, material não reciclável**. A fábrica de vidro mais próxima de Brasília fica a 864 quilômetros de distância, no interior de São Paulo. O custo do frete para transportar o rejeito até lá é mais caro do que o valor da sucata. Estima-se que 22 mil toneladas de vidro sejam aterradas por ano no DF, representando um custo elevado na coleta e reduzindo a vida útil dos aterros. O problema se repete em outras regiões, já que as fábricas de garrafas de vidro estão localizadas apenas em seis estados.

A medida adotada pelos comerciantes de Brasília atinge, além da cerveja em embalagem *long neck*, outras bebidas vendidas em garrafas de vidro, como destilados, refrigerantes e água. “Entendemos essa decisão como um estímulo ao equacionamento, pelos produtores e distribuidores das bebidas supramencionadas, da logística reversa de suas embalagens”, esclarecem.

Íntegra do manifesto dos comerciantes

Os representantes dos restaurantes e bares abaixo identificados, reunidos em Brasília-DF nesta data, vêm a público manifestar sua preocupação com a destinação das embalagens de vidro não retornáveis no Distrito Federal e seus impactos sobre o meio ambiente.

Considerando que:

- **as embalagens de vidro não possuem nenhuma unidade de reciclagem no DF e, por isso, quando descartadas são tratadas como resíduos sólidos indiferenciados, sendo encaminhadas para aterramento; além de todo o impacto ambiental, o descarte nos lixões e aterros provoca sérios riscos aos catadores;**
- **no contexto da Lei Distrital n.º 5.610/2016, conhecida como Lei dos Grandes Geradores, esta situação contribui para onerar os estabelecimentos que comercializam produtos embalados em recipientes de vidro; grande número de bares e restaurantes poderiam ser tratados como pequenos geradores se não houvesse o peso dessas garrafas em seu lixo indiferenciado;**
- **bebidas como cervejas, refrigerantes e águas embaladas em garrafas de vidro não retornáveis têm como alternativa para comercialização garrafas de vidros retornáveis, latas e garrafas plásticas, estas duas últimas apresentando viabilidade para reciclagem;**
- **e, finalmente, que na hierarquia da gestão de resíduos sólidos é preferível reutilizar a reciclar.**

Decidimos voluntariamente não comercializar temporariamente cervejas, refrigerantes e águas minerais ou adicionadas de gás em garrafas de vidros não retornáveis. Esclarecemos que essa decisão não se aplica a bebidas importadas ou a cervejas artesanais.

Entendemos essa decisão como um estímulo ao equacionamento, pelos produtores e distribuidores das bebidas supramencionadas, da logística reversa de suas embalagens.

Ademais oferecemos apoio ao Projeto de Lei 1541/2017 sobre o assunto, atualmente em trâmite na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Legislativa.

Convidamos os demais bares e restaurantes a se engajarem nessa iniciativa, demonstrando sua responsabilidade empresarial com a questão ambiental no Distrito Federal.

Brasília, 28 de junho de 2017

Rio 92

A questão do lixo e suas implicações passam a ser debatidas mais amplamente no Brasil a partir da ECO 92, quando os problemas ecológicos aparecem mais claramente para a humanidade, por ser uma questão de sobrevivência do planeta. Como sempre, é a necessidade que cria a motivação, e foi a necessidade de se fazer algo com o excesso de lixo que levou milhares de pessoas em todo o país a trabalhar na atividade de catador, já que o lixo passou a ter valor comercial, através da reciclagem.



BOICOTE REVELA APENAS UMA DAS VANTAGENS DA LATA SOBRE O VIDRO



A LATA GASTA MENOS ENERGIA POR LITRO ENVASADO, UTILIZA MENOS ÁGUA NA SUA RECICLAGEM, OFERECE MENOR RISCO PARA O CATADOR E SEU FORMATO PERMITE MELHOR ARMAZENAMENTO

Abralatas

Embalagem mais reciclada em todo o mundo, a lata de alumínio para bebidas bate recordes no Brasil, onde mantém índice de reaproveitamento próximo de 100% há mais de dez anos. As vantagens da latinha sobre outras embalagens vão além da detectada pelos bares e restaurantes de Brasília (DF), que boicotaram as garrafas de vidro descartáveis ao identificar a inviabilidade da sua reciclagem na região.

No caso da cerveja, por exemplo, bebida alcoólica mais consumida no Brasil, o envasamento em lata de alumínio cresceu nos últimos anos e se aproxima de 50% do volume total produzido no país. São mais de 6,5 bilhões de litros por ano, segundo a CervBrasil, acondicionados em uma embalagem que não permite a entrada de luz e de oxigênio, fatores que deterioram o sabor da bebida, segundo atestam os *sommeliers* de cerveja.

“É comum encontrar pessoas que insistem em manter certos preconceitos sobre a lata, vinculando a embalagem a cerveja de baixa qualidade. Não é isso que os especialistas dizem. As cervejarias artesanais já perceberam que a lata é a embalagem mais apropriada para proteger o sabor da bebida, estão crescendo e perceberam que a escolha pela lata é a melhor solução para difundir cervejas especiais”, avalia Renault Castro, presidente executivo da Abralatas.

Em entrevista ao site All Beers, eleito o melhor blog brasileiro sobre cervejas, a mestre-cervejeira da SixPoint Brewery, Heather McReynolds, explicou por que só utilizam latas para envasar. “Isto é fácil de explicar. As latas são bem melhores para a cerveja, pois deixam passar menos oxigênio e luz. O oxigênio faz a cerveja ter um gosto ruim. A luz estraga a cerveja também. As latas também ocupam menos espaço e são mais leves que as garrafas, além de gastarem menos combustível no transporte.”

“Seguras para jogos, shows e outros eventos de massa onde o vidro não é bem-vindo, as latas são a solução ideal para quem quer oferecer cerveja de qualidade em um formato que respeita as normas legais”, já disse a *sommelier* inglesa de cerveja Melissa Cole, em artigo publicado

na Revista da Lata, em sua edição de 2016. “Sem falar no fato de que ampliam o mercado, incluindo as pessoas que gostam de tomar uma cerveja na praia, durante uma trilha ou qualquer outra atividade ao ar livre.”

Outro preconceito que a lata enfrenta, reforça Renault, é o fato de o alumínio consumir muita energia para ser produzido. “A produção de alumínio é eletrointensiva. É verdade. Mas, para envasar a mesma quantidade de bebida, o vidro gasta mais energia. É só fazer a conta”, informa o presidente executivo da Abralatas.

Sem contar a economia de 95% na energia proporcionada pela reciclagem da lata, para produzir um quilo de alumínio a partir da extração da bauxita se consome 14 vezes mais energia do que para produzir um quilo de vidro. Mas um quilo de alumínio envasa 30 litros de cerveja, enquanto um quilo de vidro envasa apenas um litro e meio da bebida. O resultado é que envasar um litro de cerveja em lata consome 6,4 MJ por litro. No concorrente, o consumo sobe para 8 MJ por litro, segundo levantamento realizado pela Rexam na Europa (a empresa foi adquirida pela Ball há dois anos).

Além de gastar menos energia por litro envasado, de utilizar menos água na sua reciclagem do que na reutilização de uma garrafa de vidro retornável (uma garrafa retornável consome, a cada vez que é reaproveitada, pelo menos 3,2 litros de água por litro que será envasado), de oferecer menor risco para o vendedor, o consumidor, o catador e o gari, o formato da lata permite a utilização de menor espaço de armazenamento em relação ao vidro, o que é festejado pelos supermercados e bares. O menor peso representa também menor emissão de CO₂ no transporte em relação às embalagens de vidro.

De acordo com o mesmo estudo realizado pela Rexam, uma lata de 330 ml emite 15,84 gramas de CO₂ por litro transportado, número que sobe para 15,86 para a lata de 440 ml e para 17,11 para a lata de 500 ml. A comparação com outras embalagens é espantosa: 23,53 para uma PET de 500 ml; 21,92 para uma PET de dois litros; e 32,51 para uma garrafa de vidro de 330 ml.

	LATA	GARRAFA DE VIDRO
Proteção do sabor.	Não permite a entrada de ar e o contato da bebida com a luz, fatores que deterioram o sabor da cerveja.	Mesmo garrafas escuras não evitam o impacto da luz. A entrada de oxigênio também não é 100% controlada.
Consumo de energia por litro envasado (sem considerar a economia da reciclagem).	6,4 MJ	8 MJ
Economia de energia com reciclagem.	95% de economia em relação à produção do alumínio primário.	A inclusão de caco de vidro no processo normal de fabricação de vidro reduz o gasto com energia e água. Para cada 10% de caco de vidro na mistura economiza-se 4% da energia necessária para a fusão nos fornos industriais e reduz em 9,5% o consumo de água.
Emissão de CO ₂ na distribuição por litro.	15,84 gramas	32,51 gramas
Índice de reciclagem.	97,9% (2015)	47% (2011)
Espaço para armazenagem.	Menor.	Maior.
Segurança.	Não quebra.	Quebra.

Fonte: Rexam (Welf Jung, diretor de sustentabilidade da Rexam Beverage Can Europe & Asia, 2011); Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre); Ambev; Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro).

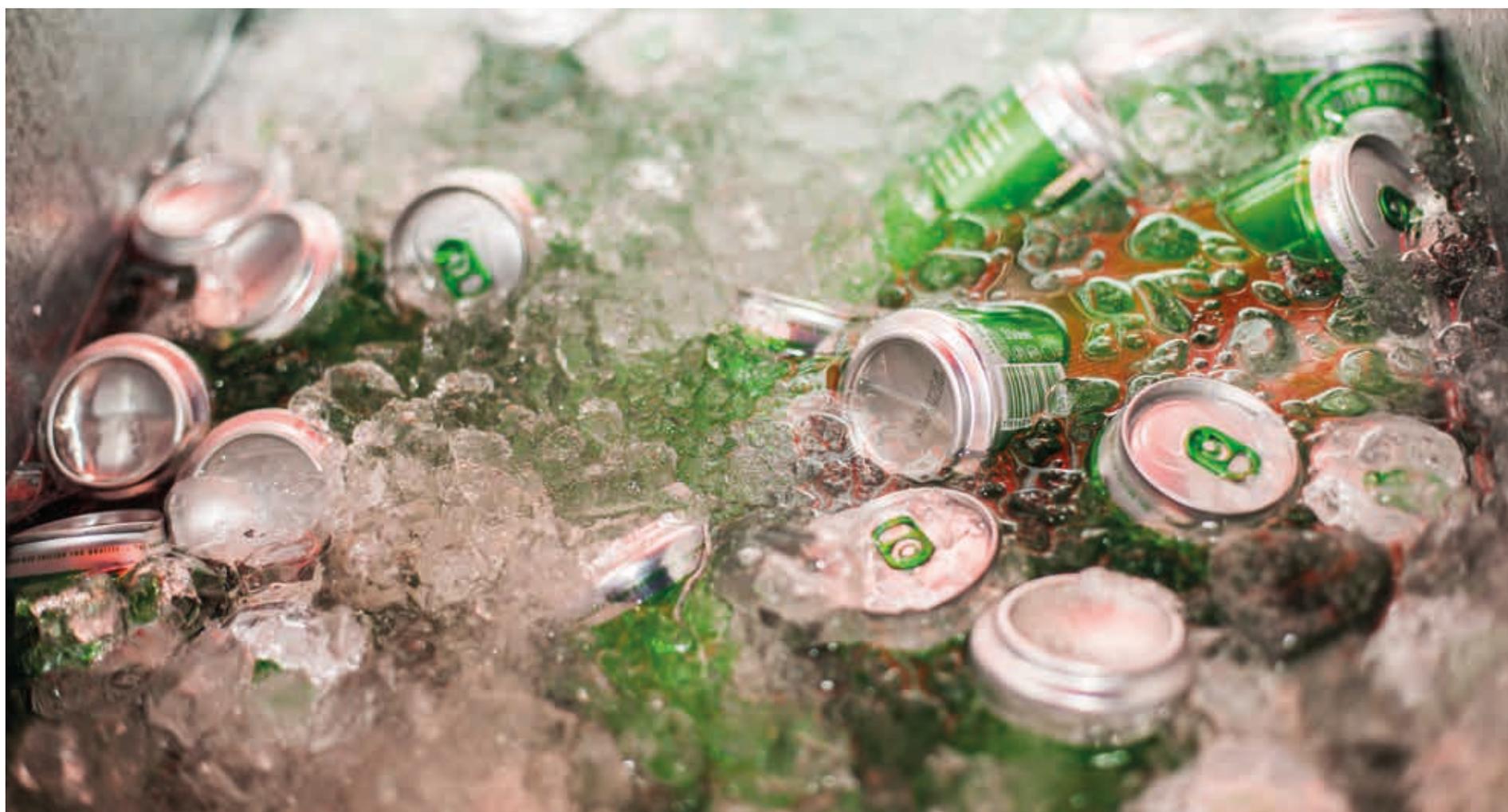




Foto: Portal Abrás

MÁRCIO MILAN

Superintendente da Associação Brasileira de Supermercados (Abrás)



OS SUPERMERCADOS VEEM COM CERTA PREOCUPAÇÃO A VOLTA DA COMERCIALIZAÇÃO DE GARRAFAS RETORNÁVEIS NO AUTOSSERVIÇO

DE OLHO NAS TENDÊNCIAS DE CONSUMO

P rincipais pontos de venda de bebidas no país, os supermercados acompanham de perto as tendências do consumidor e se adaptam aos novos hábitos. Nesta entrevista à Revista da Lata, o superintendente da Associação Brasileira de Supermercados (Abrás), Márcio Milan, fala do perfil de consumo de bebidas, que representa 13,7% do faturamento dos supermercados, e mostra preocupação com o movimento das cervejarias de voltar a comercializar cerveja em embalagem retornável. “Vemos com certa preocupação, em função do alto custo para o manuseio, espaço de armazenagem e de vendas, controle do vasilhame”, argumenta, lembrando que o consumidor também será impactado. “O consumidor perdeu o hábito. Não há praticidade. Não tem espaço para armazenamento.”

Revista da Lata: O que representa para os supermercados brasileiros a comercialização de bebidas? Continua sendo um dos principais produtos vendidos? Há como avaliar a participação da cerveja, de refrigerantes e de outras bebidas?

Márcio Milan: Em 2016 a comercialização de bebidas (também conhecida como área líquida) representou 13,7% do faturamento e continua sendo um dos principais produtos vendidos. Com relação à cerveja, a classe C é a principal consumidora. A bebida tem penetração em 63% dos lares. A frequência de compra é de 12,3 vezes ao ano. Cerca de 48% da cerveja é vendida em supermercados. Vendas em varejo tradicional representam 28%, nos hipermercados 7% e no atacado 7%. O sábado representa 29,8% do volume de compra.

Já os refrigerantes têm penetração em 98% dos lares, com frequência de compra de 21,8 vezes ao ano. As principais vendas por canais são supermercados (51%), varejo tradicional (32%), atacado (7%) e hipermercado (5%). O sábado representa 25,4% do volume de compra.

No caso de sucos prontos para beber, chegam a 72% dos lares, com frequência de compra de 6,2 vezes ao ano. Supermercados são o principal canal de vendas (54%), seguidos por varejo tradicional (19%), atacado (13%) e hipermercados (10%).

RL: Há alguma tendência de comportamento no mercado dessas bebidas?

MM: O consumidor hoje está mais atento aos movimentos do mercado e também preocupado com a saúde. Por outro lado, o Legislativo também está procurando regular mais a respeito dessas questões relacionadas à saúde do consumidor. Mas ainda é baixa a conscientização com a questão ambiental. O consumidor é mais sensível a preço.

RL: No caso das cervejas, há um movimento importante de fabricantes para voltar a comercializar garrafas retornáveis no autosserviço. Como os supermercados veem esse movimento?

MM: Com relação ao movimento dos fabricantes para voltar a comercializar garrafas retornáveis no autosserviço, os supermercados veem com uma certa preocupação em função do alto custo para o manuseio, espaço de armazenagem, espaço na área de vendas, controle do vasilhame, controle dos

comodatos etc. As indústrias de bebidas oferecem incentivos para retomar a venda de retornáveis, mas os supermercados só vão conseguir identificar os custos operacionais dessa velha prática em um segundo momento, quando já estiverem trabalhando com as retornáveis.

RL: Como a volta da garrafa retornável impacta os custos e as receitas dos supermercados? Há riscos associados a essa embalagem?

MM: O movimento da volta da garrafa retornável se dá de forma lenta. No interior, a aceitação é maior do que nas grandes capitais. O consumidor perdeu o hábito dos retornáveis. Não há praticidade, principalmente para os que moram em apartamentos. Não tem espaço para armazenamento. O cliente se lembra do vasilhame quando já está na loja.

A falta de espaço nos supermercados é um dos maiores problemas. Vejamos: você compra mil caixas de cerveja com embalagens retornáveis, vende as mil caixas e continua com as mil caixas dentro do seu estoque.

RL: Percebe-se um forte crescimento dos segmentos de atacarejo e de minimercados em todo o país. Como as embalagens de bebidas (retornáveis ou não) se adaptam a esses modelos de estabelecimentos? As indústrias de alimentos e de bebidas deverão adaptar seus produtos e embalagens a esses modelos de lojas?

MM: Nos próximos dois anos, os minimercados terão mais duas mil lojas novas enquanto que os atacarejos apresentam um crescimento contínuo. As pessoas estão mudando seus hábitos de consumo, passando a fazer suas compras em mais de um canal de vendas. As indústrias precisam estar mais perto do varejo e dos consumidores para adequar suas embalagens a esse novo perfil.



	CERVEJA*	REFRIGERANTE**	SUCO PRONTO
Penetração nos lares	63%	98%	72%
Frequência de compra anual	12,3	21,8	6,2
Vendas por canais	Supermercado	48%	54%
	Hipermercado	7%	5%
	Atacado	7%	7%
	Varejo tradicional	28%	32%
	Outros	10%	5%

Fonte: Associação Brasileira de Supermercados; Elaboração: Abralatas.

* Classe C é a principal consumidora; o sábado representa 29,8% do volume de compra.

** O sábado representa 25,4% do volume de compra.

A EVOLUÇÃO DA RECICLAGEM NO BRASIL

Ao longo dos anos, catadores ganham respeito e seu trabalho passa a ser considerado uma atividade econômica importante, mas ainda são tratados com preconceito



Ronei Alves, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no Distrito Federal

Foto: Douglas Gomes



A SOCIEDADE ENTENDE O PAPEL DA RECICLAGEM, SABE A IMPORTÂNCIA E TEM VONTADE DE FAZER. O MAIOR PROBLEMA HOJE É A FALTA DE VONTADE POLÍTICA PARA FAZER ISSO ACONTECER

Ronei Alves

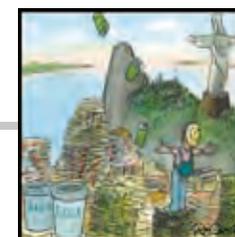
A TV mostra uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, contratada por uma prefeitura para realizar a coleta seletiva de lixo domiciliar, fazendo a triagem com equipamentos adequados, compactando o resíduo e comercializando o material que vai ser reciclado. São profissionais organizados, com planilhas nas mãos, verificando custos da produção e repassando o salário para seus colaboradores. A imagem é bem real hoje, com a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Mas, para chegar a esse estágio, muitos passos foram dados na conscientização da sociedade sobre a reciclagem de material descartado. “Ainda temos muito a caminhar na construção de um modelo ideal, mas, com certeza, estamos no caminho certo”, avalia Renault Castro, presidente executivo da Abrelatas.

O tratamento adequado dos resíduos sólidos urbanos e a reciclagem começaram a ganhar importância nos debates sobre

o desenvolvimento sustentável há pouco mais de 30 anos, na década de 80. As instituições passaram a colocar na agenda um termo novo, o “desenvolvimento sustentável”. O debate conceitual, associado ao surgimento de novas tecnologias, impulsionou o reaproveitamento de materiais considerados “rejeitos”. “O que era lixo passou a ser visto como renda, como fonte de receita para milhares de pessoas”, conta Renault, lembrando que apenas em 2002 o trabalho do catador foi reconhecido como uma atividade, passando a integrar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Para Ronei Alves, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no Distrito Federal, o grande problema hoje não é mais a falta de conhecimento das pessoas sobre coleta seletiva. “A sociedade entende o papel da reciclagem, sabe a importância e tem vontade de fazer. O maior problema hoje é a falta de vontade política para fazer isso acontecer. Não existe vontade para

LINHA DO TEMPO



reduzir os impostos de produtos com alto potencial de reciclagem”, critica.

Evolução - Quando o tema sustentabilidade começou a ganhar espaço nas discussões sobre preservação do meio ambiente, a figura do catador nem existia. As pessoas se lembram do trabalhador que passava recolhendo o lixo, chamado de gari ou lixeiro. Não havia preocupação em separar o lixo antes de seu descarte. Não se discutia sobre a destinação final do material ou se esse podia ou não ser reaproveitado. Muita coisa mudou, mas, apesar de constar em lei a determinação de sua extinção, os lixões ainda são os grandes responsáveis pelo impacto ambiental gerado pelo descarte de materiais que levam décadas para serem degradados na natureza.

Trabalhador responsável por recolher e separar materiais descartados no lixo que podem ser transformados novamente em matéria-prima, o catador realiza um serviço de utilidade pública. Atua efetivamente na coleta seletiva, triagem, classificação, processamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e recicláveis. O catador tornou-se elo indispensável da cadeia produtiva da reciclagem. A qualificação desse profissional, uma das atividades promovidas pela Coalizão Empresarial de Embalagens no âmbito do Acordo Setorial das Embalagens em Geral, é necessária para que as determinações estabelecidas pela PNRS tenham êxito.

As prefeituras começaram a entender que, ao invés de contratarem empresas para a coleta seletiva, seria mais eficaz contratar cooperativas. Perceberam que os catadores são multiplicadores de informações, atuam como educadores e agentes ambientais, ajudam a população prestando esclarecimentos e oferecendo orientações sobre a forma correta de separar o lixo. Cada cidadão precisa saber identificar e selecionar materiais que podem ser reaproveitados, antes de jogá-los fora. Dados do relatório de trabalho produzido pelo

Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) mostram que apenas 13% do total de resíduos urbanos gerados no Brasil são encaminhados para reciclagem. Apesar desse baixo percentual, o Brasil se destaca na reciclagem, em relação a outros países.

Pesquisa nacional sobre saneamento básico divulgada em 2015 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que são recolhidas, no Brasil, cerca de 180 mil toneladas diárias de resíduos sólidos. Aproximadamente 60% vão parar em lixões a céu aberto, sem nenhum tipo de tratamento. O prejuízo econômico causado pelo descarte incorreto de lixo no Brasil supera a cifra de R\$ 8 bilhões anuais, de acordo com estudo publicado em 2010 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Entre os produtos com índices de reaproveitamento mais elevados estão o alumínio e o papelão.

O MNCR surgiu em junho de 2001 e em março de 2006 organizou uma marcha até Brasília (DF) para exigir do Governo Federal a criação de postos de trabalho em cooperativas e associações. Levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) aponta que existem cerca de 800 mil catadores no país.

Depositar resíduos sólidos em lixões passou a ser considerado irregular pela Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, e pela Lei de Crimes Ambientais, de 1998. A PNRS, instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, determina, entre outras imposições, que os aterros sanitários somente podem receber rejeitos, isto é, o material que sobra após a retirada de tudo o que pode ser reaproveitado.

Atualmente, aproximadamente 18% das cidades brasileiras contam com o serviço de coleta seletiva. Um número ainda baixo se considerarmos que o Brasil possui mais de cinco mil municípios. “A desoneração da cadeia de recicláveis tem papel fundamental

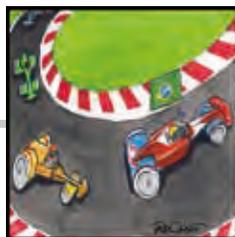
na estruturação da coleta seletiva. Existem materiais que pagam imposto ao serem produzidos e pagam imposto novamente quando são transportados de um estado a outro para reciclagem”, explica Ronei Alves.

A PNRS considera que fortalecer a organização produtiva dos catadores em forma de cooperativas e associações é um passo necessário para ampliar o leque de atuação dessa categoria. As ações de capacitação e de divulgação promovidas pela Coalizão Empresarial em relação às cooperativas de reciclagem estimulam a institucionalização da atividade por meio desse tipo de organização.

Os primeiros resultados obtidos em Brasília, com a contratação de cooperativas para a coleta seletiva e triagem do material, mostram que o modelo pode inclusive reduzir a quantidade de resíduos recicláveis que acabam nos lixões e aterros. O Serviço de Limpeza Urbana (SLU) de Brasília constatou que 75% do material coletado por cooperativas estão em condições de serem reaproveitados, percentual que cai para 50% quando a coleta é realizada por empresas.

“A cooperativa é obrigada a entregar os rejeitos da coleta no SLU. Para evitar isso, eles fazem o trabalho com muito mais atenção e orientam os moradores na separação dos resíduos”, avalia Kátia Campos, presidente do SLU. Enquanto as empresas contratadas recebem por tonelada recolhida em Brasília, as cooperativas cadastradas recebem pelo trajeto percorrido e também pela venda do material coletado.

“Quando as pessoas separam o lixo em casa, evitam que o material reciclável se misture com papel higiênico, guardanapos e absorventes que acabam contaminando o material que poderia ser reaproveitado”, explica Ronei Alves. Ele acredita ser possível triplicar os ganhos para catadores, cooperativas e para o meio ambiente se houver uma separação e um descarte correto do lixo dentro de cada residência.





RECICLAGEM PERMANECE PRÓXIMA A 100%



A RECICLAGEM DA LATINHA MOVIMENTA A ECONOMIA E GARANTE AS CONDIÇÕES PARA A RECICLAGEM DE OUTRAS EMBALAGENS

Abралatas

Pelo 12º ano consecutivo, o índice de reciclagem da lata de alumínio para bebidas no Brasil manteve-se acima de 90%, confirmando a estabilidade e o sucesso do modelo de logística reversa utilizado no setor. Os últimos números se referem a 2015, quando o país reciclou 97,9% das embalagens comercializadas no ano. Esse resultado representa o reaproveitamento de 292,5 mil toneladas de latinhas descartadas, um crescimento de 1% sobre o volume reciclado em 2014.

A reciclagem da latinha movimenta a economia e garante as condições para a reciclagem de outras embalagens. Somente na etapa de sua coleta, R\$ 730 milhões foram injetados diretamente na economia brasileira em 2015, o que corresponde a quase um milhão de salários mínimos.

“O Brasil continua sendo um exemplo mundial de reciclagem de latinhas de alumínio. Quando eliminamos praticamente todo o resíduo produzido pelo setor, estamos estimulando o consumo ambientalmente responsável e colaborando para a preservação da natureza”, comemora o presidente executivo da Abралatas, Renault Castro.

O volume de alumínio reciclado em 2015 evitou a extração de aproximadamente 1,5 milhão de toneladas de bauxita, mineral utilizado na produção do alumínio. Com isso, há uma significativa redução dos impactos da embalagem sobre o meio ambiente. “A reciclagem reduz em 95% as emissões de gases de efeito estufa, quando comparada com a lata produzida a partir do alumínio primário”, disse Renault.

“Desde a Rio 92 se fala em colocar em prática uma política tributária que privilegie produtos e serviços de baixo impacto ambiental. A Tributação Verde pode fazer essa transformação na economia, contribuindo para que o custo e o preço desses bens e serviços reflitam o seu impacto ambiental”, conclui.

Outro ponto importante, destacado pelo coordenador do Comitê de Mercado de Reciclagem da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Mario Fernandez, é a economia de energia. O reaproveitamento da sucata da latinha descartada consome apenas 5% da energia utilizada na produção da embalagem a partir do alumínio primário. “A economia de energia proporcionada pela reciclagem da lata no ano de 2015 atenderia à demanda anual residencial de um estado como o de Goiás”, informou Fernandez.



Criação do MNCR

Em 1999, é criado o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, cujo 1º Congresso foi realizado no ano de 2001 em Brasília (DF). Surgem outros movimentos organizados e, paulatinamente, a categoria toma consciência do seu tamanho e da importância do seu trabalho, apresentam-se para as frentes de luta cada vez mais organizados, reivindicando espaços político, social e reconhecimento dos governos e da sociedade.



Foto: Andre Borges/Agência Brasília

RODRIGO ROLLEMBERG

Governador do Distrito Federal



A DESATIVAÇÃO DO LIXÃO SIMBOLIZA UMA NOVA ERA PARA BRASÍLIA, CALCADA NA SUSTENTABILIDADE, NA INCLUSÃO SOCIAL DE CATADORES E NA VALORAÇÃO DE MATERIAIS DESCARTADOS PÓS-CONSUMO

UM SALTO CIVILIZATÓRIO

O ano de 2017 reúne marcos históricos para a capital do país. Sessenta anos atrás, o traçado urbanístico ganhava forma com a vitória do projeto de Lúcio Costa em concurso internacional. Há trinta anos, a Unesco concedia à capital o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Até o final do ano, um novo marco: o fim de despejo diário de resíduos sólidos no Lixão da Estrutural.

A área passa a ser exclusiva para descarte da construção civil. A desativação do lixão simboliza uma nova era para Brasília, calcada na sustentabilidade, na inclusão social de catadores e na valoração de materiais tradicionalmente descartados pós-consumo por aparente falta de serventia que, na verdade, alavancam cadeias produtivas robustas.

Por mais de cinco décadas, a capital conviveu com a vergonha nacional de manter a 17 km do centro do poder político do país um lixão a céu aberto, o segundo maior do mundo, atrás apenas do existente em Jacarta, na Indonésia, segundo o mapa da Associação Internacional de Resíduos Sólidos (ISWA, sigla em inglês) dos 50 maiores lixões ativos.

O Lixão da Estrutural já recebeu 40 milhões de toneladas de resíduos. Ninguém se arriscaria a prever quanto tempo levaria para recuperar a área, e se realmente seria viável.

O chorume infectava e ainda infecta o solo e o lençol freático. Insetos e ratos proliferavam-se e adoeciam quem retirava seu sustento daquele espaço e, também, moradores de áreas adjacentes. Registravam-se no local até tráfico de drogas, prostituição e venda de produtos vencidos.

Inadmissível. Precisávamos dar fim a essa miríade de barbaridades. Logo no início do governo, incumbi gestores de 17 secretarias e órgãos de executar medidas estruturantes para Brasília passar a cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e transformar-se em referência na gestão socialmente responsável e ambientalmente correta dos resíduos.

Lancei quatro desafios à equipe: construir o primeiro aterro sanitário, fechar o lixão, universalizar a coleta seletiva no Distrito Federal com incorporação dos catadores e modernizar o Serviço de Limpeza Urbana (SLU).

Os resultados desse trabalho estratégico se multiplicam. Inauguramos o Aterro Sanitário de Brasília, o primeiro na capital e o único no país a receber exclusivamente rejeitos, sobras após a extração de materiais recicláveis ou aproveitáveis na compostagem, que devem ser enterrados por exigência da lei.

O primeiro aterro sanitário, atualmente com capacidade para receber 8,3 milhões de toneladas, permitiu quitar uma dívida de 56 anos com a capital que, desde a sua fundação, não tinha área apropriada, com solo impermeabilizado, sistema de drenagem do chorume e compactação diária, para dar a correta destinação aos resíduos.

Uma iniciativa local e consoante com o trabalho de países desenvolvidos para minimizar o impacto do descarte de material não reciclável sobre o meio ambiente e a saúde pública. Outra prova dessa sintonia é Brasília ser a primeira cidade a aderir ao esforço mundial para eliminar os 50 maiores lixões dos cinco continentes.

A destinação adequada de resíduos sólidos é um desafio global. Preparar Brasília para a gestão de 2,8 mil toneladas descartadas diariamente (cada habitante gera, em média, 850 gramas) é prioridade deste governo.

Traçamos medidas de execução imediata e de médio e longo prazo. Para monitorá-las foram convidadas, além da ISWA, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), a Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (Aidis) e a Associação Internacional Mulheres em Trabalhos Informais: Globalizando e Organizando (Wiego). Todas signatárias do “Compromisso por Brasília” com o Executivo local.

A transição para o novo modelo de gestão dos resíduos no DF passa pelo aterro sanitário, fechamento do lixão, instalações de novas estruturas, entre outros. O “papa-lixo”, um modelo adotado internacionalmente para facilitar o descarte de resíduos, consiste num contêiner semienterrado instalado em áreas de difícil acesso para os caminhões da coleta tradicional. Sol Nascente, a maior favela da América do Sul, foi a primeira a beneficiar-se de tal equipamento.

Já o “papa-entulho” recebe até um metro cúbico de podas de árvores, sobras de construção e móveis velhos. Há, no momento, 13 “papa-lixo” e sete “papa-entulho” à disposição da população. Estão previstos outros 400 “papa-lixo” e 32 “papa-entulho” até o final de 2018. Outra novidade: grandes geradores são obrigados a contratar coleta dos rejeitos produzidos. Não era justo continuar transferindo este custo aos contribuintes.

Na estruturação do novo modelo, equacionamos a vertente ambiental e, simultaneamente, cuidamos da variável social

relacionada à gestão de resíduos. O novo aterro não autoriza a entrada de catadores, não se repetirão cenas do lixão com pessoas arriscando a vida entre montanhas de lixo para catar materiais com valor de revenda.

Os catadores estão sendo inseridos de forma produtiva na coleta seletiva nas ruas ou na triagem, trabalho que passa a ser desenvolvido em ambientes seguros, adaptados para facilitar a separação dos resíduos. Já estão licitados cinco centros de triagem e, enquanto não ficam prontos, alugaremos outros provisoriamente.

Estamos cientes de que a crise econômica interfere na qualidade e na quantidade de materiais descartados e com potencial de comercialização. Em função da crise, as famílias passaram a consumir menos, e autônomos que buscam alternativas ao desemprego estão retirando resíduos com valor econômico, como latinhas de alumínio, antes de o caminhão do SLU chegar.

A crise e o processo de transição por um novo modelo de gestão de resíduos exigirão reforço de renda aos catadores. Por isso, propusemos um projeto, já aprovado na Câmara Legislativa do Distrito Federal, prevendo pagamento de compensação financeira no valor de R\$ 360 para 1,2 mil trabalhadores durante a transição do trabalho do lixão para os galpões estruturados. Eles se somam a um grupo de 900 catadores que recebem, desde dezembro de 2016, bolsa de R\$ 300 pela função de agente de cidadania ambiental correspondente a uma capacitação de 12 horas ao mês.

O governo implementou ainda outra novidade: pela primeira vez, remunera catadores organizados em associações e cooperativas pela prestação dos serviços públicos no valor de R\$ 92,00 por tonelada de resíduo

comercializado. Mensalmente, estima-se uma produtividade de duas toneladas por catador. A este valor será agregada a bolsa de compensação financeira temporária e o valor apurado na comercialização dos recicláveis.

Não se trata de paternalismo. Reconhecemos os catadores como profissionais, prestadores de serviços públicos, que cumprem importante papel na sociedade moderna. A atuação desses profissionais na coleta seletiva e na triagem posterior de materiais recicláveis ajuda a obter o máximo aproveitamento dos resíduos.

Já são quatro cooperativas contratadas para realizar a coleta seletiva em cinco regiões administrativas e nove para o processamento desses materiais recicláveis. Outras 15 cooperativas se cadastraram para prestar serviços ao SLU. A partir de outubro, universalizaremos a coleta seletiva, prioritariamente com organizações de catadores.

Sonho com o dia em que todo o processo de coleta seletiva, de triagem de materiais recicláveis e de destinação final dos resíduos sólidos passe exclusivamente pelas mãos de catadores no DF.

Sonho também com o engajamento da população. Antes de mais nada, é preciso repensar o consumo de produtos e conectar-se com a necessidade da sociedade contemporânea de abandonar o hábito de explorar indefinidamente recursos naturais para produzir cada vez mais. Há um esgotamento desse consumismo. Consumir menos, reutilizar e reciclar materiais são hábitos bem-vindos.

No mundo moderno, não cabe mais produzir montanhas de resíduos. Novas atitudes e ações estruturantes nos conduzem a um salto civilizatório em Brasília.



A RECICLAGEM NO BRASIL EM NÚMEROS

Seis anos após a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil, apenas 18% dos municípios possuem coleta seletiva de resíduos

CBO

Os catadores possuem muitos conhecimentos específicos e habilidades para identificar, coletar, separar e comercializar resíduos reaproveitáveis; “garimpam” no lixo o desperdício de recursos naturais, que retornam ao processo produtivo como matéria-prima secundária. Por sua história e capacidade de articulação, eles se fizeram presentes no debate sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que os aponta como parceiros preferenciais na gestão desses resíduos, e conquistaram seu reconhecimento como atividade profissional, oficializado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de 2002.

Em meados da primeira década deste século, nos espaços de discussões criados na sociedade para esta temática, começam a ser introduzidas novas denominações à categoria, passando a serem chamados de “agentes ambientais” ou “agentes de coleta seletiva”. Ao longo do tempo modificam-se as formas de chamar estes trabalhadores, mas os estigmas, preconceitos e discriminações continuam os mesmos do século passado. Representantes dessa atividade dizem preferir serem chamados de catadores.

A lei é de 2010, mas até hoje a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) não foi definitivamente implantada no Brasil. Embora todos os prazos tenham sido cumpridos, uma simples pesquisa, realizada pela Revista da Lata, mostra que as prefeituras das maiores cidades brasileiras ainda têm muito o que melhorar quando o assunto é reciclagem e destinação correta dos resíduos sólidos.

Os lixões a céu aberto, que deveriam ter sido extintos em 2014, de acordo com a PNRS, continuam firmes e fortes no Brasil. Segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), divulgados no Diagnóstico da Gestão Municipal de Resíduos Sólidos, as regiões Norte e Nordeste do país ainda apresentam os maiores índices de disposição inadequada de resíduos: 75% dos rejeitos nessas regiões são dispostos em lixões e aterros controlados em que o solo não é impermeabilizado. Já a região Sudeste dispõe 45% de seus resíduos sólidos inadequadamente.

Em Brasília (DF), onde o índice geral de reciclagem caiu, repousa o Lixão da Estrutural, o maior da América Latina. Porém, graças aos esforços para adequação à PNRS, o Governo do Distrito Federal anunciou seu fechamento para o segundo semestre de 2017.

“É importante que a empregabilidade dos catadores seja garantida após o fechamento dos lixões”, alerta Severino Lima Júnior, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). “Muitas vezes, sabendo que não têm condições de bancar salários iguais à receita que o catador tinha trabalhando no lixão, as prefeituras pegam meia dúzia de catadores e os colocam em projetos, o que não resolve o problema. Se o lixão fecha da noite para o dia, não dá para garantir que todos os catadores terão trabalho. É necessário todo um processo mais longo de articulação, convencimento e integração”, argumenta.

Desde 2010, houve um aumento de 138% na abrangência nacional da coleta seletiva, segundo o estudo Ciclosoft 2016, realizado pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre). Somente 1.055 cidades brasileiras realizam de alguma forma a coleta seletiva, o que, no final das contas, representa apenas 18% do total de municípios do país.

De acordo com as informações cedidas pelas prefeituras, no Rio de Janeiro (RJ), apenas 1,9% de todo o lixo produzido na cidade é destinado à reciclagem; em São Paulo (SP), a proporção é de 2,5%; no Distrito Federal, onde se encontra a terceira maior cidade brasileira (Brasília),

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS)			
ACORDO SETORIAL DE EMBALAGENS EM GERAL • RESULTADOS PARCIAIS ATÉ 2016			
	Número de cooperativas de reciclagem apoiadas	Número de ações em cooperativas e associações de reciclagem apoiadas	Número de PEVs instalados
BELO HORIZONTE (MG)	8	68	17
BRASÍLIA (DF)	10	43	85
CUIABÁ (MT)	4	12	3
CURITIBA (PR)	14	38	9
FORTALEZA (CE)	6	55	34
MANAUS (AM)	7	52	7
NATAL (RN)	2	15	4
PORTO ALEGRE (RS)	24	110	3
RECIFE (PE)	6	21	10
RIO DE JANEIRO (RJ)	38	160	49
SALVADOR (BA)	8	46	5
SÃO PAULO (SP)	45	408	569
TOTAL	172	1028	795

segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 5,9% do lixo total passam pela coleta seletiva.

Apesar dos baixos percentuais de reciclagem dos resíduos, todas as 12 capitais sedes da Copa do Mundo FIFA de 2014 (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Recife, Natal, Fortaleza, Manaus e Cuiabá) já têm algum tipo de parceria com cooperativas e associações de catadores. “Este é um fator importante”, analisa Renault Castro, presidente executivo da Abralatas. “Desde o início alertamos sempre que possível que a coleta seletiva e a reciclagem só funcionariam adequadamente se levassem em consideração o envolvimento das cooperativas de reciclagem e dos catadores. Estamos vendo que, aos poucos, as prefeituras percebem esta realidade. As cooperativas são essenciais para o cumprimento da PNRS.”

Severino conta que em alguns casos as prefeituras enfrentam o despreparo na hora de elaborar bons projetos, o que dificulta a implementação da PNRS nos municípios e estados. “Existem também muitas prefeituras que herdaram uma dívida muito grande com gestão de coleta e resíduos, por isso têm dificuldades em aplicar a PNRS. Em muitos casos, a gente vem mostrando para as prefeituras que, quando o trabalho é feito em conjunto com os catadores, o custo com o serviço diminui e a qualidade do serviço melhora significativamente”, afirma.

As 12 cidades sedes da Copa fazem parte do grupo prioritário escolhido pelo Edital de Chamamento MMA nº 02/2012 para a Fase 1 do Sistema de Logística Reversa de Embalagens da PNRS, que se encerra ao fim do ano de 2017. De acordo com os primeiros resultados obtidos pelo Acordo Setorial de Embalagens em Geral, foram registradas ações em 422 municípios de 25 estados, alcançando 51,2% da população brasileira nesta primeira fase de implantação do modelo.

De acordo com o relatório, 702 organizações de catadores de todo o país foram apoiadas e 3.151 ações de estruturação para adequar e ampliar a capacidade produtiva das cooperativas foram realizadas entre 2012 e 2016. “São ações que aumentam a produtividade e a eficácia do trabalho dos catadores, que se tornam empreendedores. Contratados por prefeituras, fazem desde a coleta seletiva à triagem e comercialização dos resíduos. Daí a necessidade de capacitação e equipamentos”, explica Renault. No período, ainda foram instalados 2.103 pontos de entrega voluntária (PEVs) de resíduos, que estimulam também a participação da sociedade no processo.

“Os avanços na estruturação de cooperativas, na instalação de PEVs e os resultados de reciclagem alcançados até o momento, com o cumprimento de 71% das metas propostas com um ano de antecedência, demonstram que, em se tratando de sistema de logística reversa de embalagens, o modelo contemplado mostra-se viável, técnica e economicamente falando, além de eficaz”, acredita o presidente executivo da Abralatas.

Para Victor Bicca, presidente do Cempre, órgão que coordena o trabalho realizado pela Coalizão, “o momento, agora, é de incrementar essa sinergia, buscando compartilhar e aproveitar de forma mais eficaz nossas experiências. Outros setores e empresas têm nos procurado para participar da Coalizão, mas há *players* que continuam fora do Acordo e é necessário incentivar e cobrar sua adesão para assegurar conquistas maiores e mais diversificadas”.

Os resultados desse primeiro ano revelam o sucesso da proposta e tornam real o objetivo de reduzir, até o final de 2017, em 22% a quantidade de embalagens pós-consumo dispostas em aterros, tendo como base o ano de 2012, quando deverá ser finalizada a Fase 1 do Acordo. Naquele momento, será feita uma avaliação completa do biênio para identificar as melhorias e os ajustes necessários para consolidar o compromisso por mais dois anos.

“Para incrementar a logística reversa, ainda temos algumas questões relevantes a enfrentar como a desoneração da cadeia produtiva, com a redução dos tributos que desestimulam a reciclagem, e a ampliação do parque reciclador - ou seja, das empresas que usam os recicláveis para fabricar novos produtos”, avalia Bicca. “Não adianta focar somente na coleta, é preciso impulsionar a reciclagem dos materiais, a partir de sua viabilidade técnica e econômica. Mesmo no atual cenário recessivo, os resultados deste ano mostram que estamos no rumo certo para fortalecer um modelo sustentável e competitivo.”

Para Severino, a iniciativa da Coalizão em criar um Sistema de Logística Reversa para as embalagens, que apoia desde as menores cooperativas ao trabalho individual realizado pelos catadores, tem dado resultado. “O reconhecimento que as empresas e as indústrias têm com a profissão do catador, com as associações e cooperativas, demonstra o respeito que elas têm por nós. Para a gente, o Acordo Setorial de Embalagens em Geral é de suma importância e tem feito uma diferença enorme tanto no processo de mobilização quanto no de fortalecimento dos empreendimentos de catadores no Brasil”, complementa.



A COLETA SELETIVA E A RECICLAGEM SÓ FUNCIONARIAM ADEQUADAMENTE SE LEVASSEM EM CONSIDERAÇÃO O ENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM E DOS CATADORES

Renault Castro

Reciclagem perto de 100%

Desde o início da produção da lata de alumínio para bebidas, os índices de reciclagem foram altos e crescentes. A partir de 2004, todos os índices anuais da latinha foram superiores a 90%. Nos últimos anos, a embalagem esteve próxima dos 100% de reaproveitamento, garantindo a renda de cooperativas de catadores, o que inclusive permitiu o aumento da reciclagem de outros materiais.



BELO HORIZONTE (MG)

5% dos resíduos coletados são **reciclados***

Volume médio recolhido por Coleta Seletiva em 2016: **577 ton./mês***

População atendida pela coleta seletiva: **15%***

*Fonte: Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) – Pesquisa Ciclossoft 2016.



Disposição de Resíduos Sólidos e Adequação à PNRS

Belo Horizonte inaugurou seu aterro sanitário em 17 de fevereiro de 1975. Às margens da rodovia BR-040, na região noroeste da capital, o aterro deu início à correta disposição final de resíduos sólidos na capital, de maneira a preservar a saúde pública e o meio ambiente.

Desde dezembro de 2007, o local não recebe mais o lixo de Belo Horizonte. Os resíduos gerados na cidade são destinados ao aterro de Macaúbas, em Sabará (MG). Hoje, toda a área do aterro desativado faz parte da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS), onde funcionam programas de reciclagem, além do maior projeto mitigador de efeito estufa da cidade, com a produção de energia elétrica a partir do lixo.

A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), lançou, em março deste ano, a versão final do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte (PMGIRS-BH). Segundo informações da Prefeitura, o

processo de implementação do PMGIRS-BH foi bastante democrático e permitiu que o cidadão pudesse participar das audiências e da consulta pública, sugerindo, inclusive, alterações na versão preliminar do documento.

O PMGIRS-BH é um instrumento de planejamento estratégico, para um horizonte de 20 anos, que contempla diretrizes e ações para a gestão ambientalmente adequada e sustentável dos resíduos sólidos.

Contratação de Cooperativas de Reciclagem

De acordo com o PMGIRS-BH, até novembro de 2015, a coleta seletiva porta a porta era realizada em 34 bairros da capital, contemplando uma população aproximada de 375 mil habitantes. A partir de então, passou a atender 36 bairros e 383.365 habitantes. Os materiais recicláveis coletados são repassados às associações e cooperativas de catadores conveniadas, que são responsáveis pelo recebimento, pesagem, segregação, armazenamento, prensagem, enfiamento e comercialização.

BRASÍLIA (DF)



3% dos resíduos coletados são **reciclados***

Volume médio recolhido por Coleta Seletiva em 2016: **2.600 ton./mês***

População atendida pela coleta seletiva: **54%***

*Fonte: Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) – Pesquisa Ciclossoft 2016.



Disposição de Resíduos Sólidos e Adequação à PNRS

Após quase 60 anos de funcionamento, o Lixão da Estrutural, o maior da América Latina, tem data para acabar. Segundo o Governo do Distrito Federal (GDF), o processo de fechamento do lixão deve ser realizado até o fim do ano. Ainda segundo o GDF, os catadores de materiais recicláveis que ali trabalham serão transferidos para sete galpões equipados, além do Aterro Sanitário de Samambaia (DF).

O Plano Distrital de Saneamento Básico e o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos também está para sair. O GDF tem realizado audiências públicas e reuniões para discutir o plano. De acordo com a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, órgão responsável pelo tema, as informações e contribuições orientarão as futuras políticas públicas do setor. De acordo com a pasta, a participação da sociedade permitirá ao governo, por meio de seus órgãos representados, dialogar a respeito das prestações dos serviços públicos de saneamento, bem como conhecer e

incluir as demandas feitas nos encontros. O plano tem previsão de conclusão para até o fim deste ano.

Contratação de Cooperativas de Reciclagem

Por conta do fechamento do Lixão da Estrutural, o GDF, que já trabalha em colaboração com os catadores, abriu em julho um processo de seleção de cooperativas e associações de catadores. As entidades selecionadas no chamamento público trabalharão em galpões de triagem que estão em processo de locação pelo governo. Além do arrecadado com a venda do material, os selecionados receberão do governo de Brasília R\$ 92 por tonelada comercializada.

De acordo com o GDF, o objetivo dessas medidas é garantir condições de sobrevivência e capacitação a esse público até a implementação e o funcionamento dos centros de triagem. Cada catador receberá ajuda financeira do governo (R\$ 360/mês) por até seis meses.

CUIABÁ (MT)

3% dos resíduos coletados são **reciclados***

Volume médio recolhido por Coleta Seletiva em 2016: **175 ton./mês***

População atendida pela coleta seletiva: **13%****

*Fonte: Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Cuiabá (2015).
**Nota da Prefeitura de Cuiabá; cálculo Abralatas.



Disposição de Resíduos Sólidos e Adequação à PNRS

Segundo informações da Diretoria de Resíduos Sólidos, da Secretaria de Serviços Urbanos do município, são destinadas para reciclagem apenas cerca de 150 toneladas dos descartes. O serviço, que ainda acontece de forma bastante tímida, conta com a participação de três cooperativas (Coopemar, Coopunião e Cooprepam), uma associação (Acamarc) e tem a parte de transporte e de logística gerenciada pelo próprio município.

Inaugurado em 1997 com a proposta de revolucionar o serviço de coleta e destinação do lixo produzido em Cuiabá, o aterro sanitário voltou a ter o status de “lixão”. No local, cerca de 150 pessoas trabalham dia e noite catando material reciclável em condições insalubres. A Prefeitura de Cuiabá opera o aterro sanitário sem licença desde 2008.

Em agosto de 2016, a Prefeitura de Cuiabá apresentou estudo ambiental para a construção de um novo aterro sanitário. De acordo com o secretário de Serviços Urbanos, José Roberto Stopa, o empreendimento é um importante avanço para o município,

que deve eliminar a disposição de resíduos sólidos em ambiente inadequado.

No segundo semestre de 2017, a prefeitura também planeja fazer uma nova licitação do serviço de coleta de lixo da capital. O edital, de acordo com o secretário, prevê a implantação de lixeiras subterâneas com compartimentos distintos para resíduos orgânicos e recicláveis.

Contratação de Cooperativas de Reciclagem

A prefeitura assinou em dezembro de 2016 contrato celebrando convênio com as cooperativas de catadores supracitadas e já tem planos para fortalece-las. De acordo com Stopa, deve ser iniciado ainda este ano um repasse mensal de R\$ 100 mil para essas organizações, que mantém atualmente cerca de 80 catadores.

Segundo nota publicada pela Prefeitura de Cuiabá, hoje a coleta de lixo é feita três vezes por semana, salvo em locais mais afastados, em que a equipe passa duas vezes na semana. A coleta seletiva funciona em menor escala, com o atendimento de 18 bairros.

CURITIBA (PR)

16% dos resíduos coletados são **reciclados***

Volume médio recolhido por Coleta Seletiva em 2016: **2.489 ton./mês***

População atendida pela coleta seletiva: **100%***

*Fonte: Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) – Pesquisa Ciclossoft 2016.



Disposição de Resíduos Sólidos e Adequação à PNRS

Uma das primeiras cidades brasileiras a implementar a coleta seletiva, Curitiba trabalha para garantir uma cidade mais sustentável desde 1989, quando esse sistema foi adotado.

Nesse mesmo ano foi inaugurado o aterro sanitário do município e, desde então, é utilizado para disposição final do lixo, com a aplicação de critérios de engenharia e de normas operacionais específicas para gerenciar os resíduos com segurança, do ponto de vista do controle da poluição ambiental e da proteção à saúde pública. Desta forma, conta com impermeabilização da base, drenagem e sistema de tratamento de chorume, drenagem e queima do biogás e drenagem de águas pluviais.

O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Curitiba está em execução desde 2010 e, segundo a Prefeitura, atende a todas as diretrizes da PNRS. O plano contém objetivos, metas e ações que devem ser revistos em 2020.

Contratação de Cooperativas de Reciclagem

O material coletado é entregue a várias cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Além de facilitar a destinação correta desses resíduos, com mais agentes envolvidos no trabalho, evita-se que esses materiais poluam o meio ambiente. Essas parcerias ainda favorecem o incremento da renda dos catadores que dependem dessas cooperativas.

FORTALEZA (CE)

6% dos resíduos coletados são **reciclados***

Volume médio recolhido por Coleta Seletiva em 2016: **18 ton./mês***

População atendida pela coleta seletiva: **6,5%***

*Fonte: Plano Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS) de Fortaleza (CE).



Disposição de Resíduos Sólidos e Adequação à PNRS

O resultado final do Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente de 2017, divulgado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Sema), atribuiu à cidade de Fortaleza avaliação máxima no tocante a iniciativas relacionadas ao gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos. A cidade já não conta mais com lixões e dispõe os resíduos sólidos coletados de forma adequada, em aterro sanitário.

O Aterro Sanitário Municipal Oeste de Caucaia (Asmoc), localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, deu início em 2016 à produção de gás metano. O projeto, batizado de Gás Natural Renovável Fortaleza (GNR Fortaleza), é uma parceria do Governo do Estado e da Prefeitura de Fortaleza com empresas privadas.

O GNR Fortaleza vai possibilitar a retirada do gás metano da superfície do Aterro e será o segundo maior do país, com capacidade para produção de 100 mil m³ de biometano, um combustível renovável compatível com as especificações do gás natural, usado para abastecer veículos, indústrias, comércio e residências. O gás é gerado a partir da

decomposição de resíduos orgânicos depositados no Aterro, principal destinação de todo o resíduo sólido recolhido em Fortaleza.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Fortaleza foi lançado em 2012 e vale até o ano de 2030, quando será reavaliado e reformulado para os próximos 20 anos.

Contratação de Cooperativas de Reciclagem

A capital cearense já realiza trabalho de coleta seletiva em parceria com associações. Para o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, a parceria é importante social e ambientalmente. “Na medida em que eles trabalham conosco, vai melhorando a renda, a oportunidade, a inclusão social. Hoje são quase 270 trabalhadores associados, distribuídos por 14 associações, dez implantadas e quatro em implantação. Essas pessoas podem contribuir para retirar o lixo da rua, transformar o lixo em papel, em plástico novamente, em algum tipo de uso posterior. Por outro lado, a gente vai produzir, com isso, oportunidade de renda para cada uma dessas pessoas que, muitas vezes, vivem em situação de vulnerabilidade.”

MANAUS (AM)



3% dos resíduos coletados são **reciclados***

Volume médio recolhido por Coleta Seletiva em 2016: **932 ton./mês***

População atendida pela coleta seletiva: **15%***

*Fonte: Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) – Pesquisa Ciclossoft 2016.



Disposição de Resíduos Sólidos e Adequação à PNRS

A cidade de Manaus implantou seu aterro sanitário e extinguiu seus lixões no ano de 2014. O aterro de Manaus, por mais que enfrente dificuldades por sua curta vida útil, faz parte de uma estatística ainda pequena no país.

O decreto nº 1.349/2011 aprovou o Plano Municipal de Resíduos Sólidos de Manaus. O plano tem vigência de 20 anos e passa por alterações a cada quatro anos para se adaptar à realidade do município. A última atualização foi em 2015 e debateu principalmente a situação dos catadores e a implementação de um plano especialmente para a coleta seletiva.

Contratação de Cooperativas de Reciclagem

A Secretaria Municipal de Limpeza Urbana de Manaus (Semulsp) apoia atualmente cerca de 200 catadores, distribuídos em 17 entidades (entre núcleos, cooperativas e associações). Os materiais reutilizáveis e recicláveis recolhidos por essa Secretaria são distribuídos a essas organizações de catadores.

Em concordância com a PNRS, a Prefeitura de Manaus já viabilizou o aluguel de quatro galpões para acomodar as associações e melhorar as condições de trabalho e de vida desses profissionais.

NATAL (RN)

4% dos resíduos coletados são **reciclados***

Volume médio recolhido por Coleta Seletiva em 2016: **30 ton./mês***

População atendida pela coleta seletiva: **35%****

*Fonte: Companhia de Serviços Urbanos de Natal [URBANA] (2016).

** Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento [SNIS] (2013).



Disposição de Resíduos Sólidos e Adequação à PNRS

Por mais de 30 anos, a destinação dos resíduos sólidos do município foi realizada no lixão da cidade, desativado em 2004, quando houve a implantação do Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal. Parte da área do antigo lixão ainda é utilizada como Estação de Transferência de Resíduos Sólidos Urbanos.

Atualmente, os resíduos gerados nas regiões Sul, Leste e Oeste da cidade de Natal são enviados a uma estação de transbordo e posteriormente encaminhados ao Aterro Sanitário Metropolitano de Natal; enquanto os resíduos da região Norte são levados diretamente ao aterro devido à proximidade da área de disposição final.

Contratação de Cooperativas de Reciclagem

O modelo do contrato da Prefeitura de Natal com as cooperativas é multimodal e o serviço inclui desde a coleta até o transporte para o aterro sanitário. Quando são utilizados os caminhões das cooperativas para esse trabalho, a Prefeitura arca com todo o processo, pagando aproximadamente R\$ 200 por tonelada coletada. Já quando é utilizado o caminhão da Prefeitura, paga-se 70% do valor. Hoje, Natal trabalha em parceria com duas cooperativas de catadores: COOPCI-CLA e COOCAMAR, que mantêm contrato de prestação de serviço com a Companhia de Serviços Urbanos de Natal (Urbana).

Natal é considerada uma das primeiras capitais brasileiras a contratar as cooperativas de catadores para prestação de serviço de coleta seletiva, valorizando o catador como um empreendedor da cadeia produtiva da reciclagem.

PORTO ALEGRE (RS)

10% dos resíduos coletados são **reciclados***

Volume médio recolhido por Coleta Seletiva em 2016: **282 ton./mês***

População atendida pela coleta seletiva: **100%***

*Fonte: Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) – Pesquisa Ciclossoft 2016.



Disposição de Resíduos Sólidos e Adequação à PNRS

Hoje, os resíduos sólidos domiciliares de Porto Alegre passam pela Estação de Transbordo da Lomba do Pinheiro e de lá são transportados para a Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos (CRVR), aterro sanitário privado, no município de Minas do Leão (RS), a 105 quilômetros de Porto Alegre.

Por mais que seja uma das cidades em que a coleta seletiva e a reciclagem atingem índices altos, a capital ainda tem mais de 400 depósitos clandestinos de lixo, segundo o Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre (DMLU). O órgão informou que já eliminou 172 desses depósitos clandestinos que existiam na cidade.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) de Porto Alegre foi criado em 2013 e já prevê a implantação da logística reversa, a qualificação de serviços e equipamentos públicos, metas de redução do envio de rejeito ao aterro, ações para coibir focos irregulares de lixo, ampliação da inserção social e sustentabilidade financeira da limpeza urbana.

Contratação de Cooperativas de Reciclagem

Em Porto Alegre, o trabalho conjunto com associações e cooperativas de catadores acontece desde o primeiro dia da implementação de coleta seletiva na cidade. O DMLU executa a coleta, doa o material às Unidades de Triagem (operadas e gerenciadas pelos catadores), faz a intermediação da venda diretamente com a indústria para garantir melhores preços, acompanha e assessoria a gestão, faz repasse de verba para manutenção dos espaços e organiza a instalação de novas unidades.

Atualmente a Prefeitura do município fornece toda a infraestrutura para as Unidades de Triagem e garante o custeio da manutenção com R\$ 2.500 por mês. No ano de 2000, esse serviço recebeu o prêmio Coleta Seletiva - Categoria Governo, da entidade Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), em reconhecimento à melhor prática de gestão na reciclagem de resíduos sólidos do Brasil.

RECIFE (PE)

2% dos resíduos coletados são **reciclados***

Volume médio recolhido por Coleta Seletiva em 2016: **200 ton./mês***

População atendida pela coleta seletiva: **17%***

*Fonte: Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) – Pesquisa Ciclossoft 2016.



Disposição de Resíduos Sólidos e Adequação à PNRS

O Aterro da Muribeca, o maior em operação no estado de Pernambuco, está localizado na Estrada da Integração Prazeres, em Jaboatão dos Guararapes (PE). O aterro, implementado em 2001, compreende uma área aproximada de 62 hectares, com capacidade para receber em média 3 mil ton./dia de lixo oriundas dos municípios de Recife e Jaboatão dos Guararapes. Seu gerenciamento foi instituído através de convênio firmado entre o Governo do Estado, a Prefeitura do Recife e a Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, e tem a gestão compartilhada. Em 2011, o Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos foi lançado e a capital iniciou o trabalho dessa gestão em conformidade com a PNRS.

Quase 70% dos 184 municípios pernambucanos ainda descartam os resíduos de forma inadequada, segundo levantamento feito pelo

Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE), e, na prática, os números refletem a situação difícil de quem vive e trabalha em condições precárias nesses ambientes.

Das 10.467 toneladas de lixo produzidas por dia no estado, quase metade, 4.136 toneladas, ainda é descartada de maneira inadequada.

Contratação de Cooperativas de Reciclagem

Conforme os índices elencados pelo Observatório do Recife (OR), grupo de monitoramento de metas para o desenvolvimento sustentável, em 2016 o município contava com 2.242 pessoas trabalhando com coleta e manipulação do lixo, sendo que apenas 100 estão cadastradas no sistema de coleta seletiva do município. Um percentual de apenas 4,47% recebe as orientações para uma destinação correta.

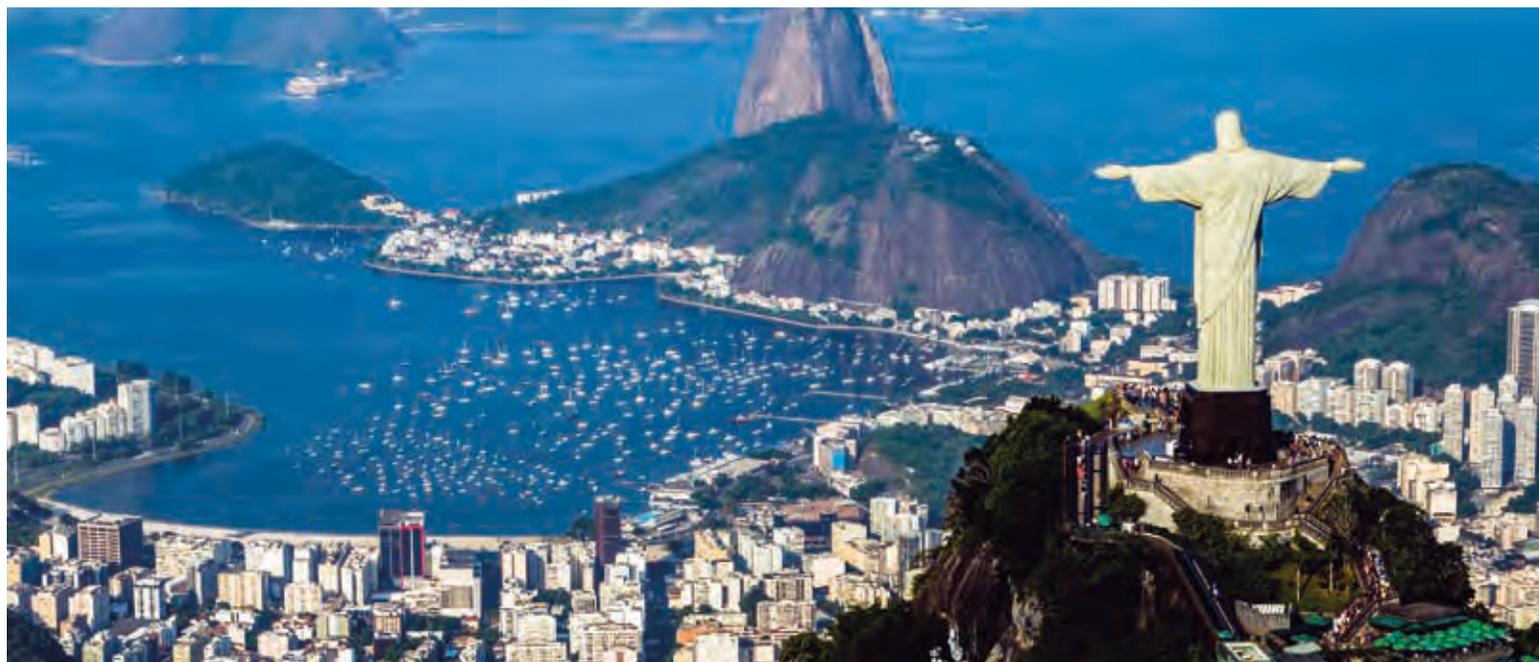
RIO DE JANEIRO (RJ)

5% dos resíduos coletados são **reciclados***

Volume médio recolhido por Coleta Seletiva em 2016: **2.783 ton./mês***

População atendida pela coleta seletiva: **65%***

*Fonte: Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) – Pesquisa Ciclossoft 2016.



Disposição de Resíduos Sólidos e Adequação à PNRS

Pesquisa da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) constatou que existem 29 lixões a céu aberto em território fluminense, contra os 17 identificados em 2015. O despejo em locais inapropriados cresceu mesmo em municípios que já tinham dado destino adequado aos seus resíduos.

Por causa da crise econômica que afeta o estado, muitos municípios pararam com os projetos de encerrar os seus lixões, enquanto outros estão optando pelo descarte incorreto, mesmo com aterros sanitários licenciados em suas regiões.

Atualmente, o município do Rio de Janeiro produz 22 mil toneladas diárias de rejeitos. Deste montante, 7 mil são destinados a lixões a céu aberto, segundo a pesquisa. Apesar de 68% do lixo ter a destinação correta e estar acima da média nacional (58%), o percentual carioca está abaixo do índice da Região Sudeste (73%). Em novembro de 2016, foi instituído o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

(PMGIRS) da cidade do Rio de Janeiro para o período 2017-2020. Trata-se da atualização do plano anterior, instituído no ano de 2013.

Contratação de Cooperativas de Reciclagem

Em 2010, foi assinado um contrato entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para viabilizar o Programa de Ampliação da Coleta Seletiva da Cidade. O programa possibilitou a implantação da Central de Triagem (CT) de Irajá, em operação desde janeiro de 2014, e da CT de Bangu, que iniciou sua operação em julho de 2016.

De acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro, as CTs são operadas por cooperativas de catadores e recebem os recicláveis da coleta seletiva domiciliar realizada pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), órgão municipal competente pela Limpeza Urbana da capital. São cadastrados e atendidos no Programa de Ampliação da Coleta Seletiva da COMLURB 24 núcleos cooperativistas, com um total de 674 catadores.

SALVADOR (BA)

1% a 2% dos resíduos coletados são **reciclados***

Volume médio recolhido por Coleta Seletiva em 2016: **460 ton./mês***

População atendida pela coleta seletiva: **20%***

*Fonte: Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) – Pesquisa Ciclossoft 2016.



Disposição de Resíduos Sólidos e Adequação à PNRS

O município de Salvador conta, como estrutura para disposição final de seus resíduos, com o Aterro Sanitário Metropolitano Centro (ASMC). Recebe resíduos gerados da capital e dos municípios de Lauro de Freitas (BA) e Simões Filho (BA), localizados na região metropolitana de Salvador.

Na Bahia, em 2015, das 14.921 toneladas de resíduos sólidos urbanos geradas, 68,8% foram descartadas em aterros controlados (36,2%) e

lixões (32,6%). Somente 31,2% foram destinados a aterros sanitários – estrutura adequada para a disposição de resíduos de acordo com a PNRS.

Contratação de Cooperativas de Reciclagem

A coleta de resíduos é realizada pela Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb), que encaminha o material para quatro cooperativas: Coopcicla, Caec, Canore e Cooperbrava. A parceria beneficia cerca de 600 catadores.

SÃO PAULO (SP)



7% dos resíduos coletados são **reciclados***

Volume médio recolhido por Coleta Seletiva em 2016: **7.500 ton./mês***

População atendida pela coleta seletiva: **87%***

*Fonte: Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) – Pesquisa Ciclossoft 2016.



Disposição de Resíduos Sólidos e Adequação à PNRS

A capital paulista já não utiliza lixões para a disposição de resíduos. Atualmente o município utiliza três aterros para encaminhar os resíduos domiciliares e de varrição coletados, dois privados e um aterro funcionando sob objeto de concessão, sendo eles respectivamente: Aterro Sanitário Caieiras, Centro de Disposição de Resíduos (CDR) Pedreira e o Central de Tratamento de Resíduos Leste (CTL).

Por outro lado, segundo a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB), ao longo de 2016 foram identificados 3.764 pontos de descarte irregular, sendo a maior parte deles nas prefeituras regionais da Sé, Itaim Paulista, São Mateus e Pirituba/Jaguará.

No fim de 2016, o CTL ganhou mais de 10 anos de vida útil com a realocação de uma avenida, que possibilitou a expansão do depósito.

Contratação de Cooperativas de Reciclagem

Para dar a destinação correta aos resíduos recicláveis e para absorver um volume maior de resíduos, como preconiza a PNRS, o município aumentou sua capacidade de reciclagem. Além da inauguração das duas primeiras centrais mecanizadas, em Santo Amaro e em Ponte Pequena, e mais duas que estão previstas, a cidade também conta com o apoio de mais 31 grupos de cooperativas credenciadas que contribuem para o Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de São Paulo.

Esse Programa possui 41 Centrais de Triagem que fazem a reciclagem de papel, plástico, vidro e metais. Após recolhidos, os resíduos são encaminhados para as centrais das cooperativas de catadores conveniadas.

**BRUNO COVAS**

Vice-prefeito de São Paulo e secretário municipal das Prefeituras Regionais



A PREFEITURA DE SÃO PAULO MANTÉM TERMOS DE COLABORAÇÃO COM 30 COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES, QUE REALIZAM A TRIAGEM E A COMERCIALIZAÇÃO DO MATERIAL RECICLÁVEL COLETADO

O POTENCIAL SOCIOECONÔMICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM SÃO PAULO

Ao falarmos de lixo, certamente, as imagens que vêm à mente são de sujeira, aterros sanitários ou lixeiras. Nem sempre associamos os resíduos sólidos ao seu verdadeiro potencial socioeconômico e à consequente redução do impacto no meio ambiente, como a geração de energia elétrica a partir da queima do gás metano, a transformação de restos de comida em adubo orgânico ou até mesmo a criação de novos produtos por meio da reciclagem.

São Paulo, a maior cidade do Brasil, gera em média 20 mil toneladas de lixo por dia entre resíduos domiciliares, serviços de saúde, entulho, restos de feiras livres, podas de árvores e recicláveis. Se considerarmos apenas o que é coletado nas residências, cerca de 12 mil toneladas são encaminhadas diariamente para os aterros sanitários.

Para dar conta da sexta cidade mais populosa do mundo, com pouco mais de 11,5 milhões de habitantes, a limpeza urbana de São Paulo é dividida em dois agrupamentos. A região noroeste, que compreende 13 prefeituras regionais, e a sudeste, que abrange 19 prefeituras regionais. Tal operação, realizada por empresas terceirizadas, envolve 3,2 mil funcionários na coleta que percorrem 1.523 km² todos os dias em 500 veículos. Por fim, apenas nos serviços de varrição aproximadamente 13 mil agentes ambientais coletam 288 toneladas de resíduos todos os dias e contam com o auxílio dos 660 veículos que rodam 7.800 quilômetros de vias.

Além das empresas, a Prefeitura mantém, por meio da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB), termos de colaboração com 30 cooperativas e associações

de catadores, que realizam a triagem e a comercialização do material reciclável coletado. Direcionada à geração de renda, emprego e inclusão social aos catadores de baixa renda, a autarquia investe mensalmente na manutenção dessa estrutura, fornecendo, além do resíduo proveniente da coleta seletiva de resíduos secos – ou recicláveis –, a entrega de equipamentos de proteção individual (EPIs) e uniformes. Em alguns casos, a AMLURB também disponibiliza um galpão – próprio ou locado – para que as cooperativas exerçam suas atividades. As despesas com contas de consumo das entidades colaboradoras também são custeadas pela AMLURB.

Poderíamos citar diversos outros números. Todos mostrando a dimensão de nossa cidade e o desafio que temos em mantê-la limpa. Por isso, logo ao assumir a gestão, em janeiro deste ano, nos questionamos o porquê de, mesmo com toda a tecnologia e tanta gente trabalhando no setor, a cidade ainda conta com sujeira nas ruas e entulhos nas calçadas.

Um importante instrumento para a gestão municipal, visando a não geração, redução e reutilização de resíduos sólidos, é o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), cuja implementação é determinada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em linhas gerais, ele fornece diretrizes para possibilitar a mudança de comportamento e a nossa relação com o lixo.

Uma das metas do plano é erradicar os depósitos irregulares de materiais nos logradouros públicos. Ao assumirmos a Prefeitura, detectamos 3.764 pontos de descarte

irregular de resíduos da construção civil (RCC), também conhecidos como entulho. E foi justamente essa a primeira área que atacamos.

Esses pontos são comumente utilizados por caçambeiros irregulares que recebem para descartar o entulho nos aterros específicos, mas que não o fazem. Por mais frequente que seja a limpeza feita pela Prefeitura, esses locais permanecem sujos. E isso é inadmissível.

Com o objetivo de valorizar os transportadores que agem de acordo com a lei e com o cadastro em dia, em meados de abril implementamos o Controle de Transporte de Resíduos (CTR) Eletrônico, medida que muitas administrações relutaram em adotar devido a pressões de algumas categorias. O modelo substitui o mesmo que era realizado manualmente, que não permitia o controle efetivo sobre a correta destinação dos RCC. Ao ser contratado, o transportador deve emitir uma guia eletrônica com os dados do gerador. Ela só será encerrada quando o entulho chegar a um dos aterros ou Áreas de Transbordo e Triagem cadastrados na AMLURB.

Sem custos para os autorizatários e empresas de varrição – que economizam com a limpeza corretiva – essa ferramenta de gestão de transporte traz apenas benefícios. Para se ter uma ideia, em 2016, foram recolhidas 292 mil toneladas de entulho em pontos viciados.

Um dado significativo que mostra que o sistema está dando certo é o volume de entulho que está chegando aos aterros. Em um mês, durante o período educativo do

sistema (15 de abril a 15 de maio) foram cerca de 277 mil toneladas. No mesmo período do mês seguinte, já com o sistema eletrônico efetivamente em vigor, foram cerca de 635 mil toneladas, mais do que o dobro. Para o fechamento do mês em julho, o volume já ultrapassa as 700 mil toneladas. O aumento nos leva a crer que esses resíduos deixaram de poluir as ruas e que estamos fazendo a nossa parte. Mas é importante que o município contribua com esse bom resultado contratando apenas caçambas regulamentadas (basta verificar no site da AMLURB).

Também ressaltamos a necessidade do descarte de resíduos em locais adequados. Entulhos da construção civil, como tijolos e restos de azulejos sem a contratação de caçamba, ou móveis velhos como sofás, camas e armários devem ir para Ecopontos. Ao todo, são 98 espalhados pela cidade e eles visam exatamente acabar com o despejo desses itens em vias públicas, rios e terrenos baldios, o que ocasiona desde problemas de saúde a enchentes, além de aumentar os gastos com a limpeza pública. Neles, podemos dispor gratuitamente o material em caçambas distintas para diversos tipos de resíduos. Materiais recicláveis (papel, papelão, vidro e alumínio) também podem ser levados aos Ecopontos e de lá serão encaminhados às centrais de triagem.

Acreditamos nessa ferramenta e na conscientização da população. Por isso, até o final da gestão está prevista a abertura de outros 45 Ecopontos, cujos locais ainda serão definidos. Para este ano, estão previstos cinco, sendo três na região da Penha, um em Itaquera e um em Guaianases.

Mas nada disso terá eficiência se não investirmos em ações educativas, como os projetos Varre Vila (agrupamento sudeste) e Nossa Vila Limpa (agrupamento noroeste), que têm como objetivo promover a conscientização de comunidades carentes sobre a limpeza urbana e responsabilidade compartilhada. Realizadas em comunidades carentes, onde há muitos pontos viciados, as empresas de varrição atuam junto com lideranças locais com atividades de educação ambiental, mutirões e ações de cidadania.

Outra ação recente foi o lançamento de um manual para a gestão de resíduos orgânicos nas escolas. Resultado de pesquisas e atividades realizadas junto a 18 escolas municipais que já adotam iniciativas de compostagem ou possuem interesse em iniciá-las, a cartilha mostra a importância das unidades escolares como educadoras e gestoras de seus próprios resíduos sólidos. A publicação também apresenta casos exemplares de gestão dos resíduos orgânicos, como o da Escola Municipal de Educação Infantil Dona Leopoldina, na Lapa, que tem 230 estudantes e gera cerca de 300 kg de resíduos orgânicos, que são tratados e transformados em composto para adubar a horta local.

O recém-divulgado programa de metas para 2017 – 2020 prevê a redução de 500 mil toneladas de resíduos enviados aos aterros municipais nos próximos quatro anos, em relação ao período de 2013 – 2016, bem como a ampliação da coleta seletiva na cidade. Temos muito trabalho pela frente para atingirmos essas metas, mas não é algo impossível. Este é o momento para unirmos forças e trabalharmos para transformar São Paulo em uma cidade mais linda e limpa.



TRIBUTAÇÃO VERDE E AJUSTE FISCAL: HÁ ESPAÇO PARA DISCUTIR CONSUMO SUSTENTÁVEL?



O OBJETIVO É ESTIMULAR O CONSUMO E INDUZIR A PRODUÇÃO NO SENTIDO DE BENS E SERVIÇOS DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL

Renault Castro

O país passa pela pior crise econômica da sua história e por um período de instabilidade política cujo fim é imprevisível. Os raros sinais de recuperação emitidos pelo setor produtivo são rapidamente frustrados por fatos novos que realimentam o clima de incerteza. Há clima para se falar em um modelo tributário que estimule o consumo e a produção de bens e serviços sustentáveis? Esse é o enfoque do Ciclo de Debates Abralatas 2017, que será realizado em outubro, na capital paulista.

O evento deste ano contará com a participação de especialistas e estudiosos do Poder Público, da Academia, de instituições e de empresas brasileiras e estrangeiras, relatando experiências internacionais na área de tributação sustentável.

Para o presidente executivo da Abralatas, Renault Castro, a proposta da Tributação Verde não implica necessariamente elevar a carga tributária ou aumentar arrecadação de impostos, mas certamente ajudará a tornar o perfil da produção e do consumo mais compatíveis com a

necessidade de tornar a nossa economia menos intensiva na emissão de carbono. "O objetivo é estimular o consumo e induzir a produção no sentido de bens e serviços de menor impacto ambiental por meio das inúmeras combinações possíveis de redução ou aumento de tributos, ou seja, impostos ou taxas", explica Renault. Segundo ele, a política tributária sustentável é exatamente a administração dessas combinações, de acordo com as possibilidades de cada caso ou de cada momento. "A sintonia fina e a dosagem das medidas tributárias devem ser criteriosamente estudadas e submetidas ao crivo de todas as instâncias políticas, econômicas e sociais. Mas o que mais importa é começar o mais rapidamente possível a sinalizar para os agentes econômicos que o Estado tem o controle sobre a variável que se denomina 'sustentabilidade', a mesma que concordou em controlar quando assinou o Acordo de Paris. Esse controle será exercido também pela via tributária e usado para induzir o mercado no sentido de preservar os recursos naturais e de reduzir as emissões de carbono. A ideia é simples: quanto maior o impacto ambiental do produto, maior a sua carga tributária."



Lei da PNRS

Em 2010, é criada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Popularizam-se expressões como Coleta Seletiva, Logística Reversa, Responsabilidade Compartilhada.

Este é o quarto ano em que a Abralatas leva para seu Ciclo de Debates o tema da Tributação Verde. Em 2014, o evento foi realizado no Teatro do Sesi, na Fiesp, em São Paulo (SP), e contou com a presença de autoridades e especialistas, como o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto, que elaborou parecer sobre o assunto; os economistas Eduardo Giannetti e Bernard Appy; a presidente executiva do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Marina Grossi; e o secretário-geral da Metal Packaging Europe, Anders Linde, que mostrou como o tema é tratado em outros países.

A edição de 2015, ocorrida às vésperas da Conferência do Clima de Paris (COP-21), foi realizada no auditório da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo (SP), e discutiu a viabilidade desse modelo tributário. O jurista Ives Gandra, um dos mais renomados advogados tributaristas do país, apresentou uma análise sobre os impostos que se mostram mais adequados para estimular o desenvolvimento sustentável. Participaram do evento, ainda, o economista Ricardo Abramovay, o ambientalista Fábio Feldmann e a advogada tributarista Lucilene Prado, especialistas que estudam, há anos, a relação entre a economia e o meio ambiente.

Na edição do ano passado (foto), o Ciclo de Debates Abralatas ganhou novas dimensões e foi realizado dentro do Fórum Economia Limpa, promovido em parceria com o jornal Folha de São Paulo. O evento foi aberto pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, e contou com a presença de diversos especialistas e empresários, debatendo assuntos como a importância da Economia Circular, a complexidade da precificação do carbono, o movimento das empresas pela

sustentabilidade e a importância dos catadores de materiais recicláveis na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Durante o evento, a Abralatas lançou o livro “Transição para uma nova ética tributária – A sustentabilidade como objetivo econômico”, organizado por Renault Castro, com textos de Carlos Ayres Britto, Ives Gandra Martins, André Luiz Costa-Corrêa e Lucilene Silva Prado.

“A preocupação com a produção de bens sustentáveis não é coisa nova. A Tributação Verde era uma das propostas previstas na Agenda 21 Global, documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, realizada no Rio de Janeiro”, lembra Renault Castro. Assinado por representantes de 179 países, o texto mostrava a necessidade de ações para estimular padrões sustentáveis de consumo e produção e apontava que isso só ocorreria com uma política de preços ambientalmente amigável.

“Sem o estímulo dos preços e de indicações do mercado que deixem claro para produtores e consumidores os custos ambientais do consumo de energia, de matérias-primas e de recursos naturais, bem como da geração de resíduos, parece improvável que, num futuro próximo, ocorram mudanças significativas nos padrões de consumo e produção”, alertava o documento final da Rio 92.

“A Agenda 21 deu a orientação para uma mudança no padrão de desenvolvimento do mundo, com a construção de sociedades sustentáveis. Faltam ações práticas, especialmente dos governos, para conciliar crescimento econômico com o bem-estar da população e preservação do meio ambiente. É o que defendemos”, afirmou Renault Castro.



SEM O ESTÍMULO DOS PREÇOS E DE INDICAÇÕES DO MERCADO, PARECE IMPROVÁVEL QUE, NUM FUTURO PRÓXIMO, OCORRAM MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NOS PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

Rio 92



Roberto Laureano da Rocha, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

PNRS/Acordo Setorial

Em 2015, o Acordo Setorial de Embalagens em Geral é assinado e as metas de investimento em cooperativas de reciclagem, educação ambiental e redução das embalagens dispostas em aterros são estabelecidas. Tem início a adoção de boas práticas pelas diversas cadeias produtivas, e cada vez mais valorizadas as praticadas por cadeias que já às adotavam, caso do modelo de logística reversa da latinha, que serviu de inspiração para o Acordo. Em 2017, o primeiro relatório (versão preliminar de meados do ano) é apresentado com os resultados do Acordo nas 12 capitais brasileiras selecionadas como foco de atuação dessa primeira etapa do trabalho que se encerra em novembro de 2017. As metas do ano foram superadas.





Foto: Lorenzo Moscia/CEPAL

ALICIA BÁRCENA

Secretária executiva da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL)



AS REFORMAS FISCAIS AMBIENTAIS PERMITEM MODIFICAR OS HÁBITOS DE CONSUMO E PRODUÇÃO E INCENTIVAR AS ATIVIDADES DE MENOR IMPACTO SOBRE O MEIO AMBIENTE

(Artigo traduzido do espanhol por Pedro Veloso e revisado pela Abralatas)

AS REFORMAS FISCAIS AMBIENTAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Mundialmente, o modelo atual de desenvolvimento tem favorecido o crescimento econômico e, em parte, o social em detrimento do meio ambiente. A América Latina e o Caribe não são exceção. Na verdade, grande parte de seu crescimento econômico está baseado na exploração de recursos naturais, renováveis e não renováveis. Dessa forma, os padrões de produção e consumo vêm exercendo uma pressão sobre o planeta além de seus limites naturais. Isso se manifesta no aquecimento global, na perda de cobertura florestal, na poluição dos corpos de água e na perda de biodiversidade e ecossistemas, entre outras consequências.

Em 2016, entrou em vigor a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, que reflete a busca da prosperidade universal através de um modelo de crescimento justo e coerente com o meio ambiente. No final de 2015, teve início a implementação do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, que visa manter o aumento da temperatura global abaixo dos 2° C em relação à era pré-industrial. Ambos os instrumentos exigem uma mudança estrutural mundial que inclua o comportamento dos consumidores e a forma como os bens e os serviços são produzidos.

As Reformas Fiscais Ambientais (RFAs) permitem modificar os hábitos de consumo e produção através de impostos, tarifas, subsídios, entre outros mecanismos, com a finalidade de refletir os custos ambientais gerados por esses comportamentos e incentivar as atividades de menor impacto sobre o meio

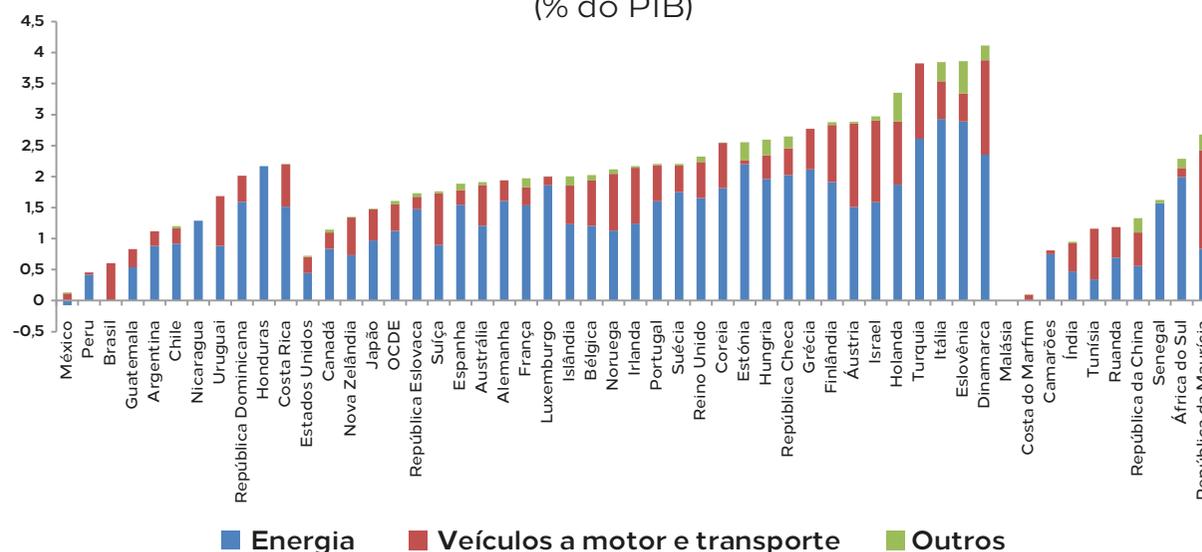
ambiente. Ao mesmo tempo, as RFAs visam manter a neutralidade arrecadatória ao usar a receita obtida para reduzir a carga tributária de outros impostos, como o imposto de renda ou as contribuições à seguridade social. Nesse sentido, as RFAs poderiam dar origem a um duplo benefício: primeiramente, a redução do impacto ambiental e, em segundo lugar, por exemplo, o aumento do nível de emprego por meio da redução das contribuições à seguridade social ou através do incentivo ao consumo e à poupança decorrente da redução do imposto de renda de pessoa física.

Os impostos ambientais constituem um dos principais elementos das RFAs e têm um alto potencial arrecadatório. Normalmente são classificados em três grupos:

1. Impostos sobre a energia (geração e produção em suas diferentes formas);
2. Impostos sobre os veículos motorizados e o transporte (propriedade e circulação);
3. Outros impostos ambientais (resíduos, reciclagem etc.).

Como se observa no Gráfico 1, os impostos vinculados à energia são os que mais arrecadam, seguidos pelos relacionados com o transporte. No total, os impostos ambientais atingem até quatro pontos percentuais do PIB no caso da Dinamarca, enquanto na Costa Rica, país que mais arrecada através desses instrumentos na América Latina e no Caribe, ultrapassam os dois por cento do PIB.

Gráfico 1 Arrecadação dos impostos ambientais, 2014 (% do PIB)



No médio prazo, a introdução de impostos ambientais permite alterar a rentabilidade relativa das atividades em favor daquelas mais ambientalmente responsáveis, o que indicará aos investidores a direção da mudança estrutural desejada. Por exemplo, um imposto sobre o teor de carbono dos combustíveis ou imposto sobre o carbono promoveria uma transição para energias renováveis ao modificar a rentabilidade relativa desse tipo de combustível, favorecendo essas novas fontes de energia. Por outro lado, um imposto sobre o uso de automóveis - ao mesmo tempo em que se investe em grandes melhorias no transporte público - permitiria reduzir a emissão local de poluentes, o congestionamento e os acidentes de trânsito, bem como promover a inclusão social. Finalmente, esse tipo de instrumento fiscal tem reduzido e até mesmo eliminado o uso de sacolas plásticas e fomentado a reciclagem de garrafas.

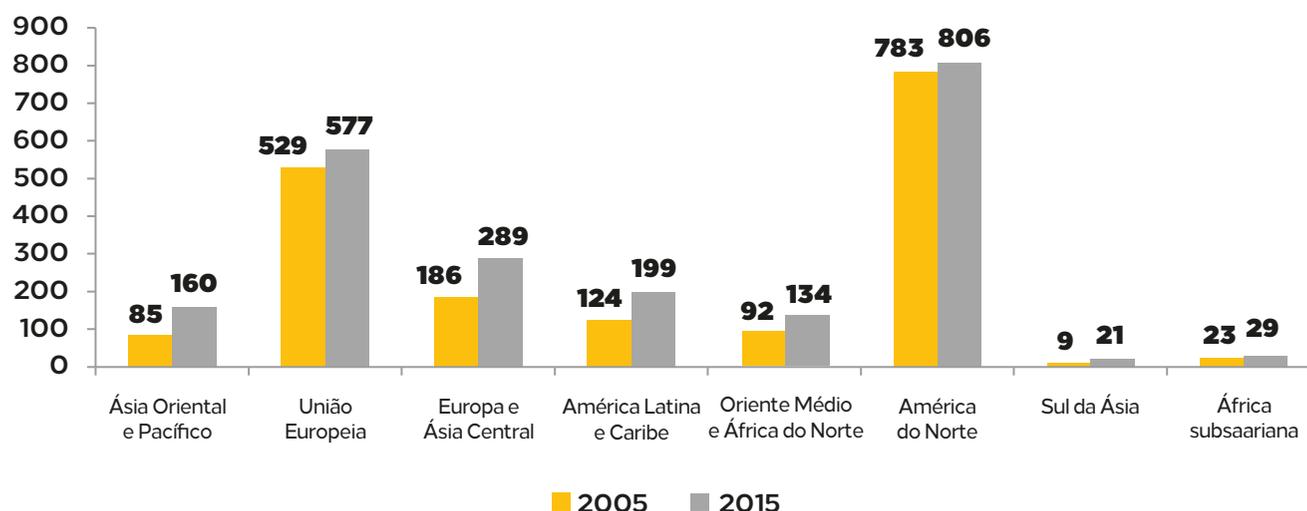
O reaproveitamento da receita tributária gerada pelos impostos ambientais é um dos fatores mais relevantes das RFAs, pois permite promover atividades de eficiência energética e de pesquisa e desenvolvimento (P&D), além

das energias renováveis e outras medidas de consolidação fiscal e redistributivas.

O transporte privado e a poluição do ar: potencial de impostos ambientais

Um dos setores-chave em que os impostos ambientais têm sido usados como parte de uma RFA é o de transporte. De fato, as regiões emergentes têm experimentado um forte aumento da taxa de motorização. No sul da Ásia e no leste da Ásia-Pacífico essa taxa aumentou 120% e 88% respectivamente, enquanto a América Latina e o Caribe mostram um crescimento de 61% entre 2005 e 2015. Isso ilustra como os padrões de consumo na região migram para o uso de transporte privado em relação ao transporte público à medida que a renda aumenta (Gráfico 2). Os resultados são diversos problemas ambientais, como o aumento das emissões locais e globais (PM10; PM2,5; CO₂ etc.), mais congestionamento de automóveis, acidentes de trânsito, entre outros fatores que repercutem na saúde da população e na produtividade econômica.

Gráfico 2
Taxa de motorização, 2005 e 2015
 (Veículos em uso por cada 1.000 habitantes)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) com dados da Organização Internacional de Construtores de Automóveis.



A POLÍTICA FISCAL AMBIENTAL É UM INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA POTENTE PARA ATINGIR OS OBJETIVOS TRAÇADOS NA AGENDA 2030 E NO ACORDO DE PARIS

Como se observa no Gráfico 3, várias cidades da região superaram o limite estabelecido pela Organização Mundial de Saúde para a concentração de partículas em suspensão de até 2,5 micros (PM 2,5). Essas partículas se originam principalmente do uso de veículos a diesel e estão relacionadas com doenças pulmonares e cardiovasculares, entre outras. Além disso, o congestionamento gerado pelo uso massivo de transporte privado tem causado um desperdício de riqueza significativo devido ao tempo gasto pelos usuários do transporte público (Montero e García, 2017). Assim, os impostos ambientais podem ser introduzidos a fim de desestimular o uso de automóveis particulares e os fundos arrecadados podem ser usados para reformar a infraestrutura de transporte público, reduzir o tempo de viagem e melhorar a qualidade geral do sistema.

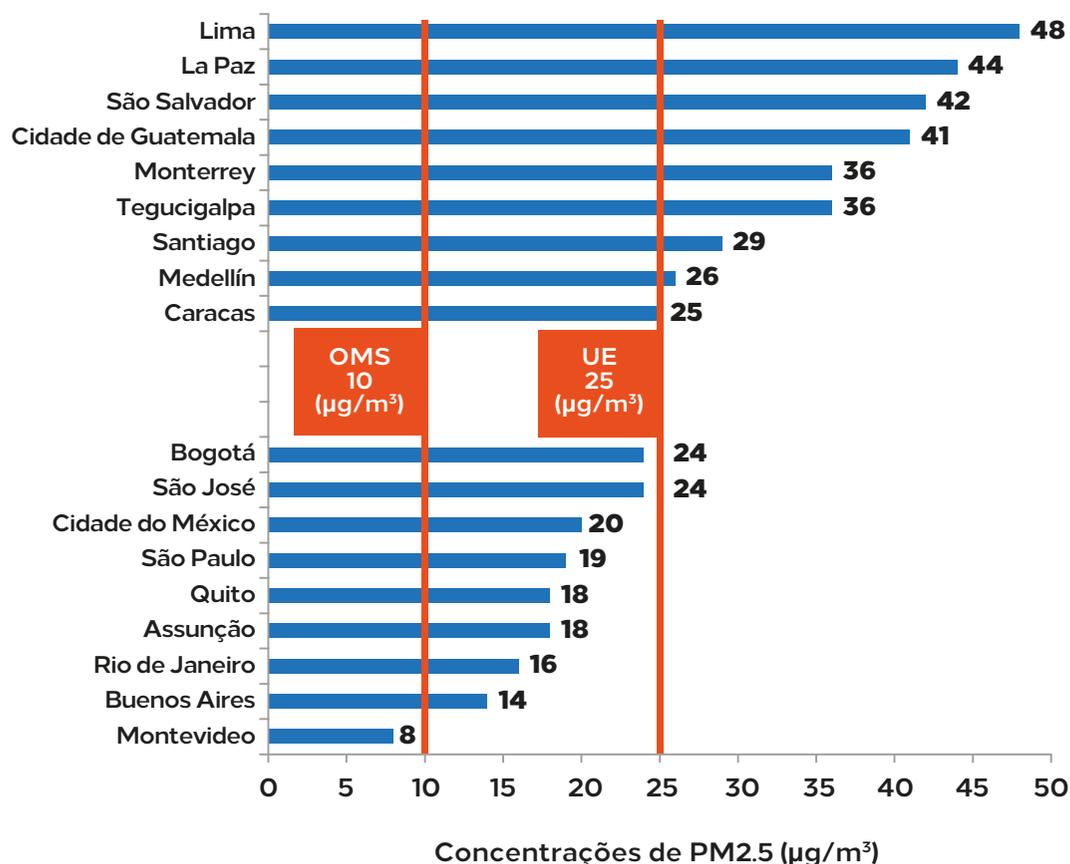
Conclusões

A América Latina e o Caribe já possuem experiência na introdução de impostos ambientais, no entanto, ainda é necessário incorporar esse tipo de instrumento em um esquema mais amplo e integral de reforma tributária. Os resultados dos países europeus demonstram os benefícios desse tipo de reforma.

É certo que a região apresenta diferenças claras em comparação com os casos europeus mas, ainda assim, possui características particulares que tornam o imposto ambiental vantajoso, tanto do ponto de vista puramente ambiental quanto da perspectiva do equilíbrio fiscal, da inovação e da inclusão social. A introdução de tais reformas permitiria modificar a rentabilidade relativa das atividades altamente poluentes e de

América Latina (cidades selecionadas): concentrações de PM2,5, 2014.

(Em microgramas por metro cúbico)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a partir da Ambient Air Pollution Database, Organização Mundial da Saúde (OMS), maio de 2017.

Nota: os dados das concentrações de Buenos Aires correspondem a 2015; os de Montevideo, São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México, Bogotá, Medellín, Santiago, San Salvador e Caracas correspondem a 2014; os de San José, Quito, Cidade da Guatemala, Tegucigalpa, La Paz e Lima correspondem a 2013; os de Monterrey a 2011 e os de Assunção a 2010.

Gráfico 3

Desperdício de riqueza em transporte coletivo em 2017 e Tempo gasto no transporte público medido com o PIB per capita das cidades, 2013.

(Em milhões de dólares)



tecnologias maduras, favorecendo aquelas de menor pegada ambiental e social e maior dinamismo tecnológico, como as energias renováveis, o transporte público, a eficiência energética etc. Além disso, a realocação dessas receitas fiscais permitiria investir em setores e atividades que representem mais claramente um grande impulso ambiental,

com um maior impacto social positivo, tais como o transporte público, o fornecimento de energia elétrica etc.

A política fiscal ambiental é um instrumento de política pública potente para atingir os objetivos traçados na Agenda 2030 e no Acordo de Paris.

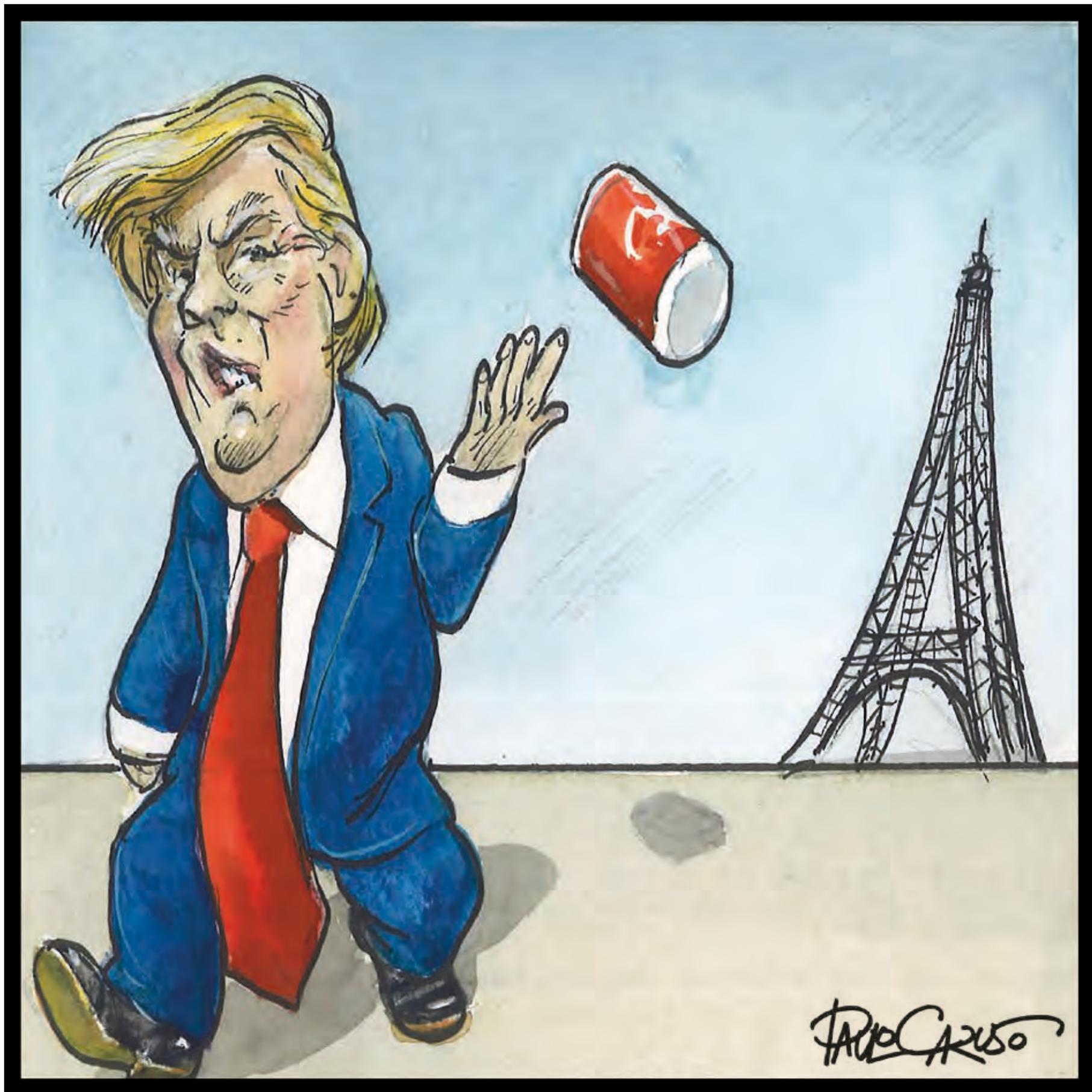
Referências

Gago, Alberto, Xavier Labandeira e Xiral López-Otero (2016), «Las Nuevas Reformas Fiscales Verdes», *Economics for Energy*, vol. WP 05-2016.

Montero, Laetitia e Johann García (eds) (2017), *Panorama multidimensional del desarrollo urbano en América Latina y el Caribe*, Documentos de Proyectos, CEPAL, Publicación de las Naciones Unidas.

Parry, Ian e outros (2014), *Getting Energy Prices Right: From Principle To Practice*, Washington, DC, International Monetary Fund, julho.

Rius, Andrés (2014), «Servicios públicos y reforma fiscal ambiental en América Latina», *Documentos de proyectos, CEPAL* (LC/W.642).



PAÍSES JÁ ADOTAM COM SUCESSO POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS PARA DESESTIMULAR CONSUMO COM ALTO IMPACTO AMBIENTAL



A TRIBUTAÇÃO SUSTENTÁVEL É UM INSTRUMENTO MUITO EFICAZ PARA INCORPORAR OS DANOS AMBIENTAIS NO PREÇO DE BENS E SERVIÇOS

Agência Europeia do Ambiente



Acordo de Paris

O Acordo de Paris (2015) resgatou os princípios da Rio 92, colocando como pacto limitar o aumento da temperatura média global em menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais. O Brasil anunciou medidas para reduzir em 37,5% as emissões de gases de efeito estufa do país até 2025, em comparação com os dados de 2005. O pacto reforça a necessidade de que sejam adotadas internacionalmente políticas públicas para estimular a produção e o consumo sustentável.

Experiências internacionais de aplicação de políticas tributárias que levem em consideração o impacto ambiental dos diversos produtos e serviços serão tema do Ciclo de Debates Abralatas 2017. Representantes de organismos internacionais participarão do evento para mostrar características, erros e acertos de ações adotadas em outros países, visando a induzir as decisões de produção e de consumo no sentido que gere o menor dano possível ao meio ambiente.

“A legislação brasileira permite e o Estado tem o dever de conceber e implementar políticas que contribuam para o aumento da qualidade de vida da população, inclusive por meio da adoção de medidas tributárias”, analisa Renault Castro, presidente executivo da Abralatas. “É importantíssimo, portanto, conhecer medidas desse tipo adotadas por outros países, até mesmo para ajustá-las às necessidades e peculiaridades da economia brasileira.”

Na América Latina, há tempos que o assunto é debatido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). Em estudo sobre a viabilidade de impostos verdes no Uruguai, a Cepal aponta três tipos de produtos para os quais a utilização da chamada tributação sustentável produziria resultados positivos para o meio ambiente: produtos agroquímicos, sacolas de plástico e embalagens.

No caso de embalagens, a Cepal destaca as reformas fiscais da Finlândia e da Suécia do final do século passado. A Finlândia aplicou taxas menores para embalagens de bebidas com maiores índices de reciclagem. A Dinamarca estabeleceu um sistema um pouco mais complexo, mas que leva em consideração o peso da embalagem ao definir a tributação de um produto alimentício, por exemplo.

A Cepal destaca ainda ações já iniciadas no continente sul-americano, como o imposto sobre garrafas de plástico (dois centavos de dólar por garrafa) instituído no Equador. No Uruguai, criou-se um mecanismo semelhante ao Acordo Setorial de Embalagens em Geral

brasileiro, resultante da Política Nacional de Resíduos Sólidos, complementado com um imposto sobre embalagens não reutilizáveis, recicláveis ou recuperáveis.

A Austrália, entretanto, passou por um caso de insucesso. Em 2012, implantou um tributo para empresas poluidoras, que pagariam por tonelada de dióxido de carbono jogada na atmosfera. O problema é que o carvão responde por 80% da matriz energética australiana e por 37% das emissões de CO2 do país. O resultado foi um aumento da tarifa de energia elétrica e ampla insatisfação popular com a medida, que acabou revogada dois anos depois.

Estudo realizado pela Agência Europeia do Ambiente, a pedido do Parlamento Europeu, elencou os principais problemas e dificuldades para a adoção de tributos ambientais, mas considerou a tributação sustentável instrumento muito eficaz para incorporar o custo dos danos ambientais ao preço de bens e serviços. “Podem proporcionar incentivos, tanto para os consumidores quanto para os produtores, para que alterem seu comportamento no sentido de uma utilização de recursos mais eficiente do ponto de vista ecológico.”



TABELA 1

Brasil: Produção de latas de alumínio para bebidas, capacidade de produção e capacidade utilizada - 1997 a 2016

(Em bilhões de unidades e %)

Fonte: Abralatas.

ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Produção	7,1	9,1	8,6	9,2	10,4	9,9	9,3	9,4	9,6	10,6
Capacidade de produção	11,5	11,7	11,7	11,9	13,0	14,2	14,4	14,4	14,4	14,4
Capacidade utilizada	62%	78%	74%	77%	80%	70%	65%	65%	67%	74%
ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Produção	12,3	13,3	14,5	16,8	19,0	20,5	21,3	24,1	24,5	25,4
Capacidade de produção	14,4	14,4	16,8	18,0	21,0	26,0	28,0	28,0	28,0	28,0
Capacidade utilizada	85%	92%	86%	93%	90%	79%	76%	86%	88%	91%

GRÁFICO 1

Brasil: Capacidade de produção e produção efetiva de latas de alumínio para bebidas - 1997 a 2016

(Em bilhões de unidades)

Fonte: Abralatas.

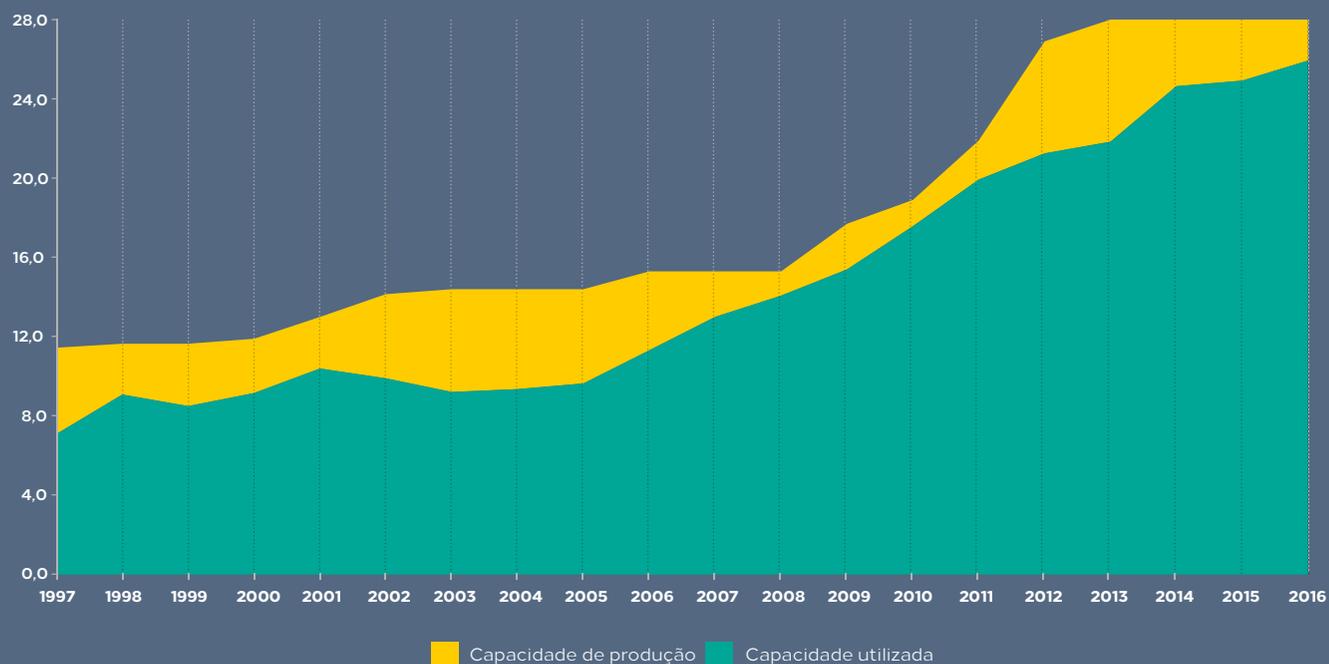


TABELA 2

Brasil: Vendas de latas de alumínio para bebidas e taxa de crescimento anual - 1990 a 2016

(Em bilhões de unidades e %)

Fonte: Abralatas.

ANO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Vendas	0,4	0,7	0,8	1,3	1,7	3,0	4,0	6,5	8,7
Crescimento	-	67,7%	11,3%	63,2%	24,8%	77,0%	35,3%	62,7%	33,4%
ANO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Vendas	8,3	8,8	10,1	10,3	9,2	9,4	9,8	10,7	12,2
Crescimento	-4,3%	5,8%	14,9%	2,0%	-10,6%	1,6%	4,4%	10,0%	13,8%
ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Vendas	13,2	14,8	17,4	18,5	20,2	20,9	23,2	23,6	22,7
Crescimento	8,0%	11,8%	17,8%	6,0%	9,3%	3,7%	11,2%	1,7%	-4,1%

GRÁFICO 2

Brasil: Vendas de latas de alumínio para bebidas - 1990 a 2016

(Em bilhões de unidades)

Fonte: Abralatas.

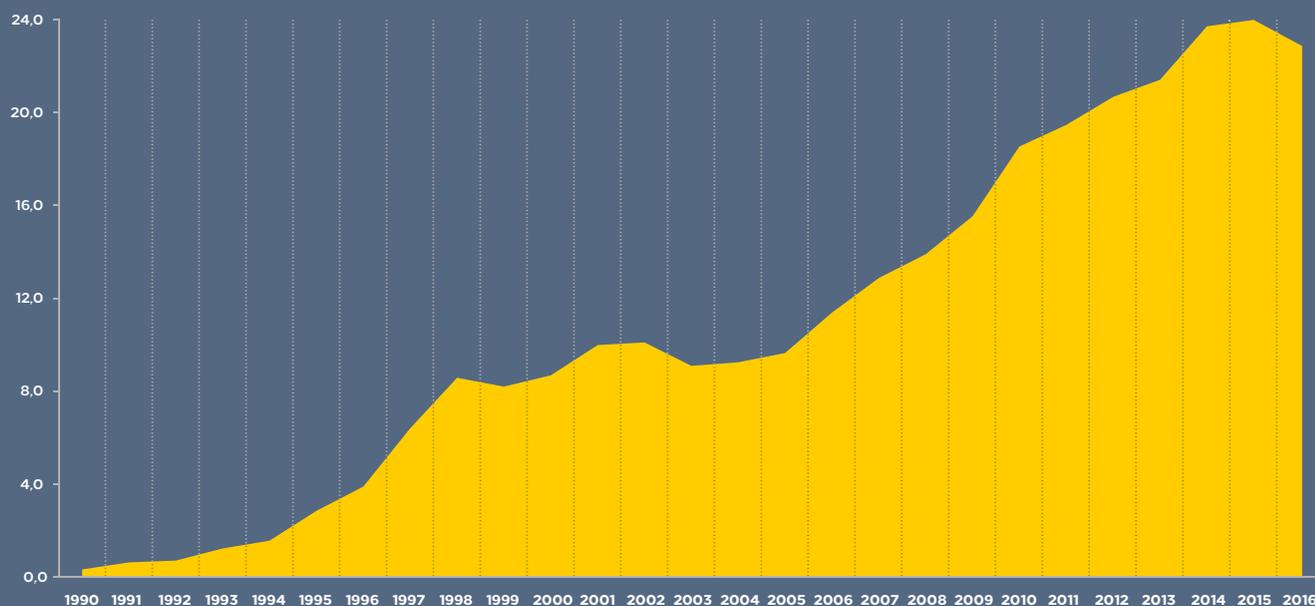


GRÁFICO 3

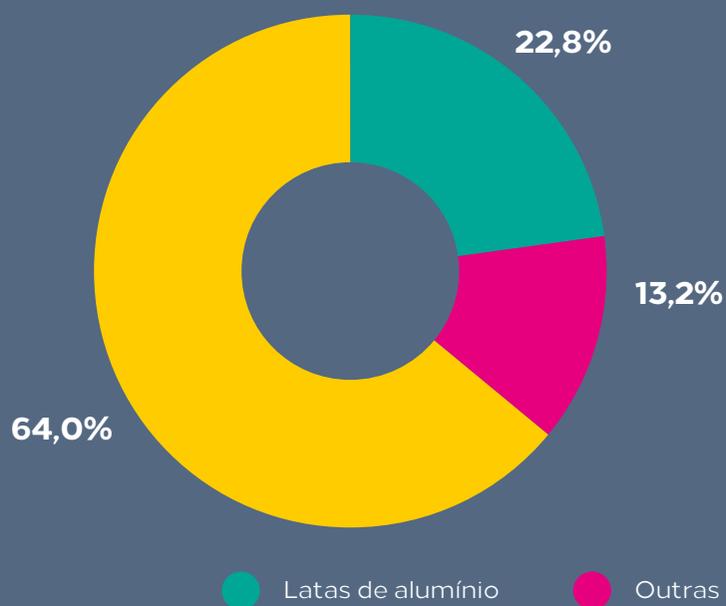
Brasil: A importância da lata para a indústria do alumínio - 2015

(Em milhares de toneladas e %)

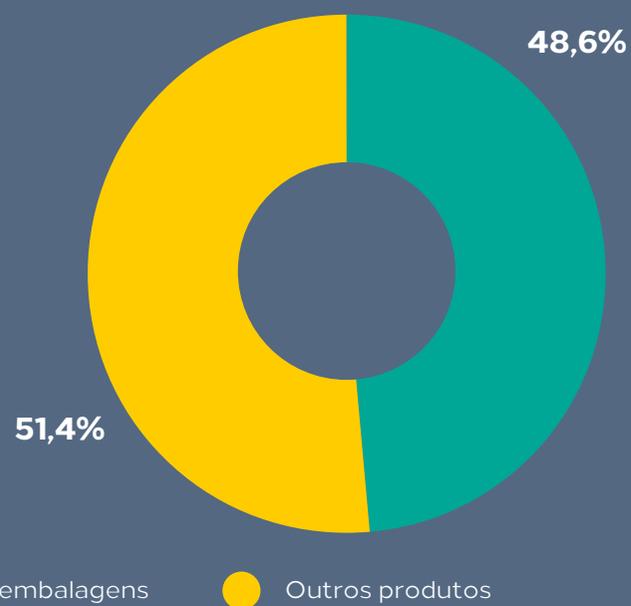
Fonte: Abralatas e ABAL.

Elaboração: Abralatas.

Consumo de Alumínio



Sucata de Alumínio Recuperada



● Latas de alumínio ● Outras embalagens ● Outros produtos

Consumo total	Embalagens	Latas de alumínio
1308,5	471	298,7

Sucata recuperada	Latas de alumínio
602	292,5

TABELA 3

Brasil: Índices de reciclagem de embalagens - 1997 a 2015

(Em %)

Fonte: Abralatas/ABAL, ABEAÇO, ABIVIDRO, ABIPET e TetraPak.

ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Lata de alumínio para bebidas	64,0%	65,2%	72,9%	77,7%	85,0%	86,5%	89,0%	95,7%	96,2%	94,4%
Lata de aço para bebidas				27,0%	49,0%	75,0%	78,0%	88,0%	88,0%	85,0%
PET	16,2%	17,9%	20,4%	26,3%	32,9%	35,0%	43,0%	47,0%	47,0%	51,3%
Vidro	39,0%	40,0%	40,0%	41,0%	42,0%	44,0%	45,0%	45,0%	45,0%	46,0%
Cartonada			10,0%	15,0%	15,0%	15,0%	19,0%	22,1%	23,0%	24,2%

ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Lata de alumínio para bebidas	96,5%	91,5%	98,2%	97,6%	98,3%	97,9%	97,1%	98,4%	97,9%
Lata de aço para bebidas	81,5%	80,2%	78,0%	82,0%	78,0%	78,0%			
PET	53,5%	54,8%	55,6%	55,8%	57,1%	59,0%			
Vidro	47,0%	47,0%	47,0%	47,0%	47,0%				
Cartonada	25,5%	26,6%	26,0%	24,5%	27,1%	29,0%	30,0%		

GRÁFICO 4

Brasil: Índices de reciclagem de embalagens - 1997 a 2015

(Em %)

Fonte: Abralatas/ABAL, ABEAÇO, ABIVIDRO, ABIPET e TetraPak.

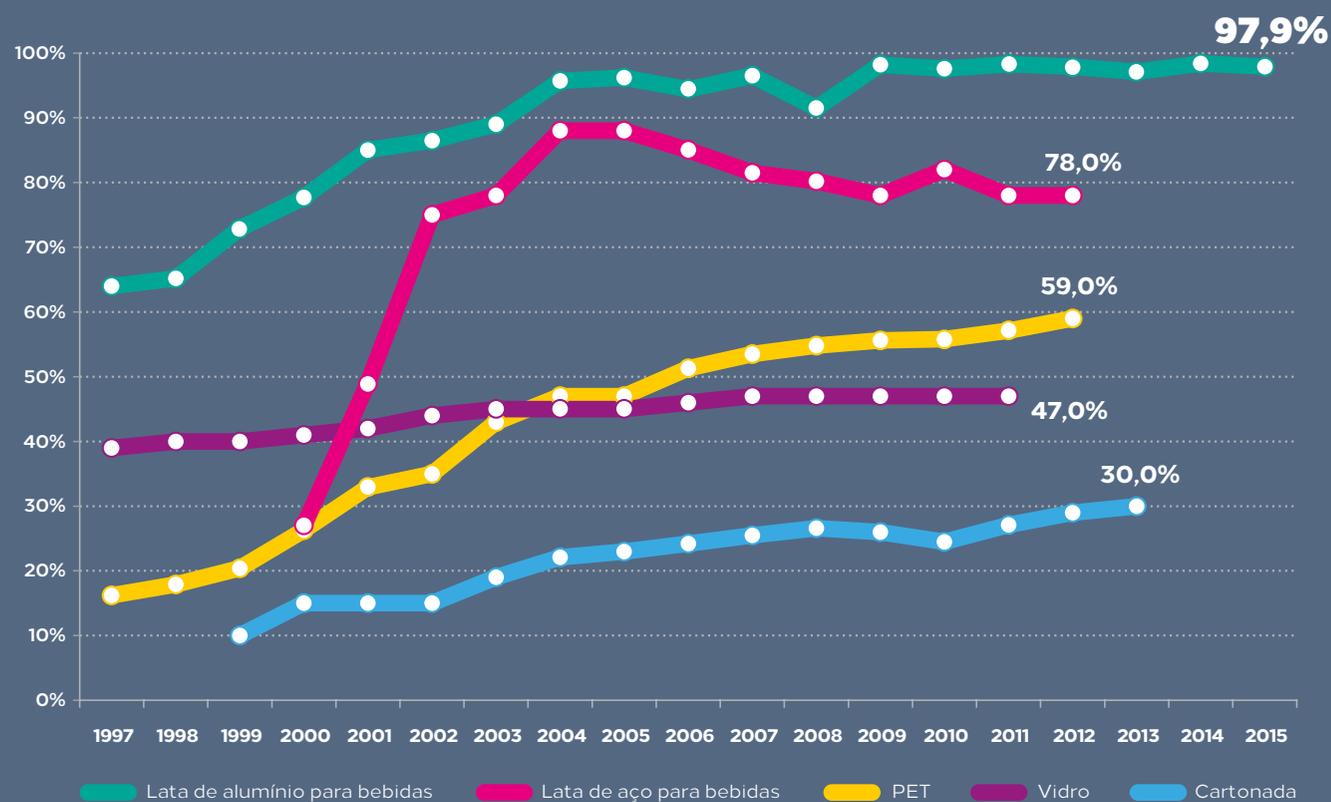


TABELA 4

Mundo: Índices de reciclagem da lata de alumínio para bebidas - 1991 a 2015

(Em %)

Fonte: Abralatas/ABAL, The Aluminum Association/Alluminum Can Recycling Association, Beverage Can Makers Europe, Cámara Argentina de la Industria del Aluminio y metales afines e Japan Alluminum Can Recycling Association.

ANO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	
Brasil	36,9%	39,4%	49,8%	56,3%	62,8%	61,3%	64,0%	65,2%	
Japão	43,0%	54,0%	58,0%	61,0%	61,0%	66,0%	70,0%	73,0%	
Argentina						25,0%	41,0%	48,0%	
EUA	57,0%	68,0%	63,0%	65,0%	65,0%	62,0%	64,0%	67,0%	
Europa*	21,0%	25,0%	28,0%	30,0%	30,0%	35,0%	37,0%	40,0%	
ANO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Brasil	72,9%	77,7%	85,0%	86,5%	89,0%	95,7%	96,2%	94,4%	
Japão	74,0%	79,0%	83,0%	83,0%	82,0%	86,0%	92,0%	90,9%	
Argentina	50,0%	51,0%	52,0%	78,0%	80,0%	78,0%	88,1%	88,2%	
EUA	63,0%	63,0%	55,0%	53,0%	50,0%	51,0%	52,0%	51,6%	
Europa*	41,0%	41,0%	45,0%	46,0%	48,0%	48,0%	52,0%	57,7%	
ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	96,5%	91,5%	98,2%	97,6%	98,3%	97,9%	97,1%	98,4%	97,9%
Japão	92,7%	87,3%	93,4%	92,6%	92,5%	94,7%	82,2%	87,4%	77,1%
Argentina	90,5%	90,8%	92,0%	91,1%					
EUA	53,8%	54,2%	57,4%	58,1%	65,1%	67,0%	66,7%	66,5%	64,3%
Europa*	61,8%	63,1%	64,3%	66,7%	68,0%	69,5%	71,3%		

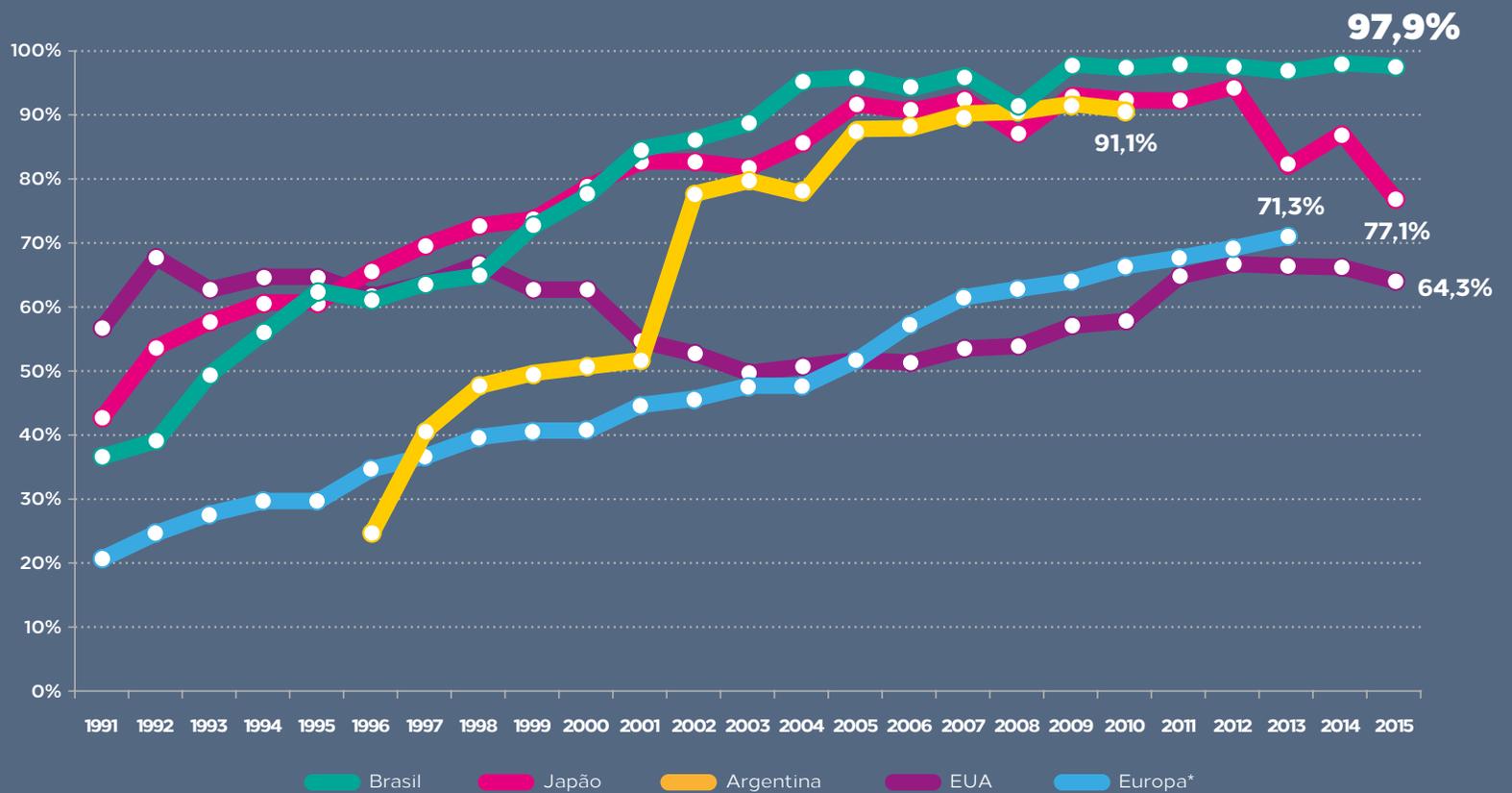
* Média Europeia.

GRÁFICO 5

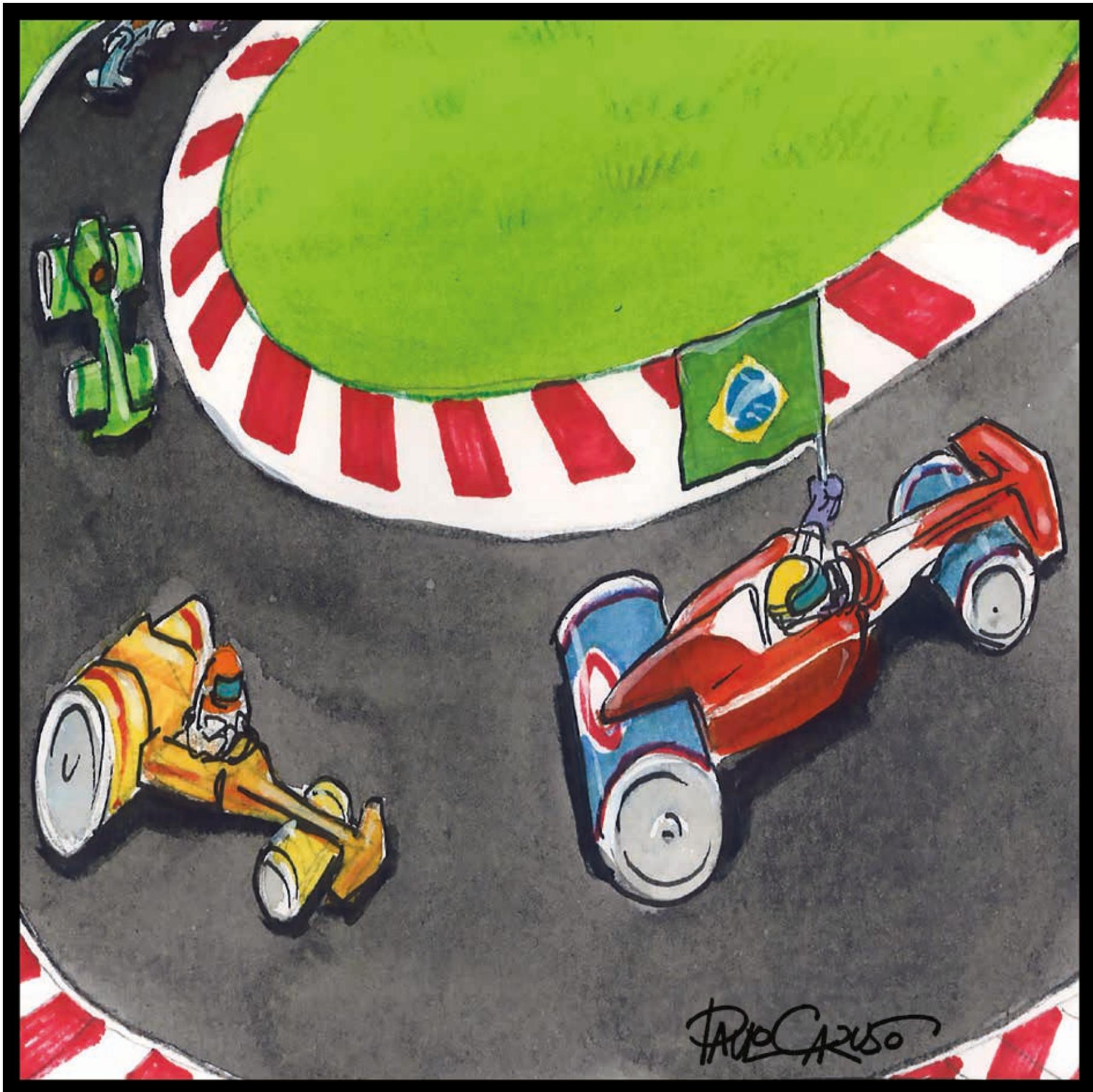
Mundo: Índices de reciclagem da lata de alumínio para bebidas - 1991 a 2015

(Em %)

Fonte: Abralatas./ABAL, The Aluminum Association/Aluminum Can Recycling Association, Beverage Can Makers Europe, Câmara Argentina de la Industria del Aluminio y metales afines e Japan Aluminum Can Recycling Association.



* Média Europeia.



CATADORES S. A.



AOS POUCOS, PREFEITURAS DE TODO O PAÍS PASSAM A AGREGAR COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS AOS SEUS SISTEMAS DE COLETA, TRIAGEM E DESTINAÇÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Abralatas

Todos sabemos que as prefeituras fizeram tudo – e algumas ainda fazem – para prorrogar o prazo de extinção dos indesejáveis lixões, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). São locais impróprios para quem lá trabalha, coletando no lixo o sustento para suas famílias, e vergonhosos para a sociedade, que parece fingir não perceber o absurdo do significado da simples existência desses antros de doenças e de degradação ambiental.

Mas as soluções para essa inaceitável situação começam a surgir. Aos poucos, prefeituras de todo o país passam a agregar cooperativas de catadores de materiais recicláveis aos seus sistemas de coleta, triagem e destinação adequada de resíduos sólidos, incorporando a esse contingente de trabalhadores aqueles que saem ou que sairão dos lixões na medida em que esses forem sendo fechados. Empregadas em maior escala, essas soluções podem beneficiar tanto os catadores quanto os demais setores da sociedade, assim como os próprios governos municipais, ao mesmo tempo reduzindo o desemprego, gerando renda e diminuindo os custos de manter limpas as cidades.

Vejamos o caso de Natal (RN), por exemplo, na ocasião em que a prefeitura deixou de pagar pela coleta durante alguns meses: as cooperativas continuaram desenvolvendo a atividade para receber depois de resolvida a crise da prefeitura local, mantendo parte da cidade limpa, enquanto a empresa de limpeza pública se recusou a recolher o lixo até que fosse feito o pagamento devido.

Outro exemplo foi o trabalho desenvolvido pelas cooperativas de catadores pernambucanos junto às prefeituras de Olinda (PE) e Recife (PE), com o objetivo de que fosse permitida apenas a venda de bebidas em lata durante o Carnaval e contratadas suas cooperativas para coletar essas embalagens durante a festa.

São casos que ilustram o compromisso do prestador de serviços com o Poder Público, responsável por uma parte importante da receita dessas organizações, da qual elas dependem para existir, enquanto as empresas demonstram um comportamento baseado estritamente em princípios comerciais. Percebe-se, ainda, o espírito empreendedor das cooperativas ao agir de maneira proativa diante de uma oportunidade de

grande potencial de remuneração como a coleta de latas no Carnaval de Olinda e de Recife. De ambos os casos se aprende que podem ser de grande importância econômica e social a inclusão de catadores organizados nos sistemas públicos de limpeza urbana, com benefícios que se estendem também ao aproveitamento ambientalmente correto dos resíduos sólidos.

A propósito, em Brasília, o governo local constatou que a composição dos resíduos sólidos coletados pelos catadores era de qualidade muito superior ao coletado por empresas de limpeza pública, proporcionando maior reaproveitamento e maiores ganhos com a sua reciclagem.

Exemplos como esses têm feito com que as prefeituras comecem a compreender as razões pelas quais a PNRS prioriza as cooperativas nas ações e investimentos destinados a solucionar os problemas relacionados à correta destinação dos resíduos sólidos urbanos. A contratação de cooperativas de catadores para a coleta, a triagem e a destinação adequada de materiais recicláveis não é apenas uma solução de pronto socorro social e econômico, ainda que parcial, para os graves problemas decorrentes da má distribuição de renda que se observa no país. Corretamente assistidas pelo Poder Público, essas organizações podem funcionar como incubadoras de empresas, com potencial para promover a inclusão dos seus cooperados na economia formal, dando aos catadores o status de empresários aptos para concorrer num mercado próspero e amplo o suficiente para comportar vários competidores.

Há tempos a Abralatas vem atuando em sintonia com os catadores, comemorando com eles cada vitória da categoria e ajudando a difundir práticas que aumentem o seu bem-estar, a sua produtividade e a sua renda. Nossos Ciclos de Debates colocaram frente a frente catadores organizados e empresários, acadêmicos, prefeituras e Ministério Público, procurando diminuir a distância entre eles e encorajando a transformação de cooperativas em empresas eficientes.

Contando com inúmeras demonstrações de reconhecimento do nosso trabalho por parte dos próprios catadores, podemos dizer, com orgulho, que a Abralatas é parceira nessa empreitada.

PNRS/Coleta seletiva com cooperativas de reciclagem

Também como resultado das determinações da PNRS, as prefeituras começam a contratar cooperativas de reciclagem para realizar a coleta seletiva, triagem e destinação adequada de resíduos, inclusive por força do mandamento legal de fechar os lixões.

ASSOCIADOS FABRICANTES



AFILIADOS



Realização



Idealização CDN Comunicação Corporativa

Projeto Gráfico Noel Fernández Martínez

Textos Cláudio Tourinho, André Barreto, Luiza de Paula e Valderéz Caetano

Revisão Fátima Campos

Tradução Pedro Veloso

Ilustrações Paulo José de Hespanha Caruso

Impressão Gráfica Perspectiva

www.abralatas.org.br

"ESTE IMPRESSO FOI PRODUZIDO EM PAPEL ECOEFICIENTE
PROVENIENTE DE FLORESTAS PLANTADAS"

Todas as ilustrações que acompanham este relatório foram produzidas por **Paulo José de Hespanha Caruso**. Caricaturista, ilustrador, chargista e músico. Paulo Caruso, irmão gêmeo do também caricaturista Chico Caruso, forma-se, em 1976, em arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP, porém, não segue a carreira. No final da década de 1960, inicia-se como chargistas no *Diário Popular*. Nos anos 1970, colabora com *O Pasquim*, ao lado de Millôr Fernandes, Jaguar e Ziraldo. Em 1981, com Alex Solnik, inaugura a página de humor *Bar Brasil*, na revista *Careta*, e que tem continuação, nos anos seguintes, na revista *Senhor*. A partir 1988, publica na revista *Isto É*, a coluna de humor *Avenida Brasil*. Em ambas as colunas, Caruso faz circular caricaturas de personalidades brasileiras das décadas de 1980 e 1990, sintetizando com sátira e humor vários momentos da história política do país. Paralelamente ao desenho, dedica-se à composição musical e à produção de espetáculos de música e de teatro. Em 1985, por ocasião do Salão Internacional de Humor de Piracicaba, forma a banda *Muda Brasil Tancredo Jazz Band*, com participações do irmão, de Cláudio Paiva, de Aroeira, de Luis Fernando Veríssimo, entre outros. Nos shows, a banda interpreta músicas de cunho humorístico e com sátira política. Em 1998, lança o CD *Pra seu Governo*, que traz músicas próprias e conta com as parcerias do irmão, no vocal, e de Luis Fernando Veríssimo, no sax. Entre os livros que publicou, destacam-se: *As Origens do Capitão Bandeira*, 1983; *Ecos do Ipiranga*, 1984; *Bar Brasil*, 1985 e *São Paulo por Paulo Caruso - Um Olhar Bem-Humorado sobre esta Cidade*, 2004.





SCN • Qd. 01 • Bloco F

Ed. America Office Tower

Salas 1608 a 1610

CEP: 70.711-905 • Brasília-DF

Tel/Fax (61) 3327-2142

E-mail: abralatas@abralatas.org.br

Conheça a Abralatas em: www.abralatas.org.br



Twitter: www.twitter.com/abralatas



YouTube: Canal Abralatas



Facebook: Abralatas



LinkedIn: Abralatas